

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Telecomunicações S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Cemig Telecomunicações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cemig Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Telecomunicações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ainda sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a controlada em conjunto Ativas Data Center S.A, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2012, apresentou patrimônio líquido negativo. Nessa data, a Ativas Data Center S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando, conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 11, e portanto a realização do ágio registrado no montante de R\$ 4.397, em 31 de dezembro de 2012, depende da concretização dos lucros futuros da investida.

Outros assuntos



Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Exceto pelos efeitos dos ajustes apresentados na nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, que não foram auditados por nós nem por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de março de 2012, o qual conteve um parágrafo de ênfase relacionado ao fato de existir incerteza significativa quanto à continuidade operacional da controlada em conjunto Ativas Data Center S.A. face à apresentação de capital circulante líquido negativo e prejuízos operacionais no período findo em 31 de dezembro de 2011. O plano de negócio da controlada em conjunto projetava resultados operacionais a partir de 2015, condicionado a conclusão do projeto de instalação de seu Data Center, cujos recursos dependem de aporte de capital de seus acionistas, liberação de financiamentos junto a instituições financeiras e geração de caixa por meio de suas operações. Portanto, a continuidade operacional desta controlada em conjunto e a conseqüente manutenção dos saldos de investimento e da provisão para passivo a descoberto na controladora e do ágio no consolidado, dependiam do contínuo ingresso dos referidos recursos.

Belo Horizonte, 11 de março de 2013



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG


José Ricardo Faria Gomez
Confador
CRC-18P 218.398/O-1 S/MG

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.317	56.691	6.384	55.382	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	18.625	17.525	7.989	8.101
Títulos e valores mobiliários - Aplicação Financeira	7	51.154	22.484	30.957	22.484	Fornecedores	15	12.197	10.880	8.836	8.508
Bancos conta-garantia		-	4.582	-	4.582	Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.702	3.893	2.517	2.599
Contas a receber de clientes	8	40.916	28.160	20.163	18.621	Obrigações fiscais	17	10.198	9.743	7.904	8.633
Tributos a recuperar	9	8.325	4.356	7.238	3.777	Adiantamentos de clientes		266	-	266	-
Despesas antecipadas		1.599	186	70	31	Juros sobre Capital Próprio		-	7.225	-	7.225
Outros créditos		380	861	131	203	Total do passivo circulante		45.988	49.266	27.512	35.066
Total do ativo circulante		116.691	117.320	64.943	105.080						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	8	1.502	2.035	1.502	2.035	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	124.406	80.092	32.068	39.922
Títulos e valores mobiliários - Aplicação Financeira	7	8.180	-	3.995	-	Adiantamento de clientes		2.797	154	2.717	153
Bancos conta-garantia		4.805	-	4.805	-	Provisões para Riscos	18	333	2.904	333	2.904
Tributos a recuperar	9	1.823	2.800	1.818	2.796	Passivo a descoberto de controlada em conjunto	11	-	-	9.480	1.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	22.891	24.831	22.891	24.831	Obrigações sociais e trabalhistas	16	439	-	439	-
Outros		782	561	57	15	Total do passivo não circulante		127.975	83.150	45.037	44.846
Total do realizável a longo prazo		39.983	30.227	35.068	29.677						
Investimento	11	-	-	4.397	4.397	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	12	251.202	255.379	213.303	221.591	Capital social	20	225.081	225.081	225.081	225.081
Intangível	13	13.735	12.588	2.486	2.265	Reservas de lucros	20	22.567	58.017	22.567	58.017
Total do ativo não circulante		304.920	298.194	255.254	257.930	Total do patrimônio líquido		247.648	283.098	247.648	283.098
TOTAL DO ATIVO		421.611	415.514	320.197	363.010	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		421.611	415.514	320.197	363.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	NOTA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	21	134.194	128.584	112.833	115.445
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	<u>(83.464)</u>	<u>(74.586)</u>	<u>(62.633)</u>	<u>(62.780)</u>
LUCRO BRUTO		50.730	53.998	50.200	52.665
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Despesas gerais e administrativas	22	(33.382)	(27.683)	(21.794)	(17.660)
Despesas com vendas e marketing	22	(148)	(1.150)	(148)	(1.150)
Outras receitas operacionais		967	1.974	979	1.966
Outras despesas operacionais	22	<u>(687)</u>	<u>(890)</u>	<u>(687)</u>	<u>(893)</u>
Total		<u>(33.250)</u>	<u>(27.749)</u>	<u>(21.650)</u>	<u>(17.737)</u>
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		17.480	26.249	28.550	34.928
Receitas financeiras	23	10.723	10.862	9.491	8.434
Despesas financeiras	23	(13.107)	(12.817)	(4.650)	(4.687)
Resultado de equivalência patrimonial	11 e 22	-	-	(18.295)	(18.384)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		15.096	24.294	15.096	20.291
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(3.606)	(5.488)	(3.606)	(5.488)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	<u>(1.940)</u>	<u>(5.546)</u>	<u>(1.940)</u>	<u>(1.543)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.550	13.260	9.550	13.260
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO - LOTE DE MIL		<u>381.023</u>	<u>381.023</u>	<u>381.023</u>	<u>381.023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		25,06	34,80	25,06	34,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	9.550	13.260
Outros resultados abrangentes:	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.550</u>	<u>13.260</u>
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A:		
Proprietários da Companhia	9.550	13.260
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>9.550</u>	<u>13.260</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de lucros</u> <u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2010		225.081	6.699	55.058	-	286.838
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.260	13.260
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal		-	663	-	(663)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(17.000)	(17.000)
Reserva de retenção de lucros		-	-	(4.403)	4.403	-
SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2011		225.081	7.362	50.655	-	283.098
Lucro líquido do período		-	-	-	9.550	9.550
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	20	-	478	-	(478)	-
Juros sobre o capital próprio	20	-	-	-	(16.200)	(16.200)
Dividendos extraordinários	20	-	-	(28.800)	-	(28.800)
Distribuição de reserva de retenção	20			(7.128)	7.128	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		225.081	7.840	14.727	-	247.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTELECOM

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	9.550	13.260	9.550	13.260
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	36.301	37.995	31.577	34.710
Encargos financeiros sobre financiamentos	11.990	9.098	4.028	3.953
Reversão (constituição) de provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos	1.940	5.694	1.940	1.546
Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	906	303	687	21
Provisão para obsolescência	(744)	744	(744)	744
Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.224	1.144	1.224	1.144
Créditos de liquidação duvidosa	-	1.032	-	1.032
Equivalência patrimonial	-	-	18.295	18.384
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.606	5.488	3.606	5.488
Constituição (Reversão) de ajuste a valor presente	639	132	(132)	132
Varição nos ativos e passivos	(10.359)	(16.033)	136	(8.142)
Redução (aumento) de ativos				
Bancos conta garantia	(223)	(479)	(223)	(479)
Contas a receber de clientes	(12.862)	(17.345)	(877)	(8.041)
Tributos a recuperar	5.351	1.204	5.859	1.634
Outros ativos	(1.153)	(619)	(8)	68
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.317	(1.669)	328	(2.959)
Obrigações sociais e fiscais	(5.698)	3.053	(7.773)	1.668
Adiantamento de clientes	2.909	-	2.830	-
Outros passivos	-	(178)	-	(33)
Caixa proveniente das operações	55.053	58.857	70.167	72.272
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.343)	(6.169)	(8.343)	(6.169)
Juros pagos	(10.281)	-	(4.560)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	36.429	52.688	57.264	66.103
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de ativo imobilizado	(31.053)	(31.982)	(23.278)	(24.988)
Aumento de títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras mantidas até o vencimento	(36.850)	(22.484)	(12.468)	(22.484)
Aquisição de participação societária - Aumento de capital	-	-	(10.682)	(6.370)
Aumento do intangível	(2.380)	(3.627)	(175)	(298)
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(70.283)	(58.093)	(46.603)	(54.140)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Juros sobre o capital próprio	(23.425)	(8.500)	(23.425)	(8.500)
Dividendos	(28.800)	-	(28.800)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos e debêntures emitidas	71.831	31.675	-	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(28.126)	(20.423)	(7.434)	(4.468)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(8.520)	2.752	(59.659)	(12.968)
TOTAL DE INGRESSO (SAÍDA) DE RECURSOS	(42.374)	(2.653)	(48.998)	(1.005)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	56.691	59.344	55.382	56.387
No fim do período	14.317	56.691	6.384	55.382
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(42.374)	(2.653)	(48.998)	(1.005)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	CONSOLIDADO				CONTROLADORA			
	31/12/2012	%	31/12/2011	%	31/12/2012	%	31/12/2011	%
			Reapresentado				Reapresentado	
1 - RECEITAS	195.290		195.197		170.457		173.757	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	168.347		161.254		143.995		146.816	
1.2) (Provisão) / reversão para devedores duvidosos	-		(1.032)		-		(1.032)	
1.3) Outras receitas, líquidas	26.943		34.975		26.462		27.973	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	68.699		76.509		54.536		51.039	
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	23.338		21.423		14.363		12.981	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	45.177		45.073		39.989		36.935	
2.3) Perda / recuperação de valores ativos	-		9.634		-		744	
2.4) Outros	184		379		184		379	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	126.591		118.688		115.921		122.718	
4 - RETENÇÕES	36.301		37.995		31.577		34.710	
4.1) Depreciação e amortização	36.301		37.995		31.577		34.710	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	90.290		80.693		84.344		88.008	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	10.723		10.862		(8.804)		(9.950)	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-		-		(18.295)		(18.384)	
6.2) Receitas financeiras	10.723		10.862		9.491		8.434	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	101.013		91.555		75.540		78.058	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	101.013	100%	91.555	100%	75.540	100%	78.058	100%
8.1) Pessoal e encargos	29.702	29%	11.314	12%	16.168	21%	13.743	18%
8.1.1) Remuneração direta	23.015		7.063		12.029		10.611	
8.1.2) Benefícios	4.449		2.700		3.008		2.144	
8.1.3) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	1.484		958		717		607	
8.1.4) Outras	754		593		414		381	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	43.063	43%	48.261	53%	39.633	52%	40.700	52%
8.2.1) Federais	18.312		23.699		15.208		16.492	
8.2.2) Estaduais	24.199		24.208		24.425		24.208	
8.2.3) Municipais	552		354		-		-	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	18.698	19%	18.720	20%	10.189	13%	10.355	13%
8.3.1) Juros	12.903		12.817		4.650		4.687	
8.3.2) Aluguéis	5.795		5.903		5.539		5.668	
8.3.3) Outras	-		-		-		-	
8.4) Remuneração de capitais próprios	9.550	9%	13.260	14%	9.550	13%	13.260	17%
8.4.1) Juros sobre o capital próprio e dividendos	16.200		17.000		16.200		17.000	
8.4.2) Distribuição de reserva de retenção	(6.650)		(3.740)		(6.650)		(3.740)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

(a) A Companhia

A Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações no Estado de Minas Gerais utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 - Térreo - Funcionários - Belo Horizonte - MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

A Companhia foi constituída em 13 de janeiro de 1999, com o propósito de prestar serviços na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra óptica, cabos coaxiais e equipamentos eletrônicos e associados, para transmissão, emissão e recepção de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens, sons e informações de qualquer natureza, bem como operar sistema de telecomunicações, como provedor alternativo de transporte e outros, às empresas que possuam concessão, permissão ou autorização para prestar serviços de telecomunicações.

As projeções financeiras atualizadas da Companhia, as quais consideram a continuidade de seu plano de investimentos, indicam a viabilidade da recuperação de seus ativos, inclusive os impostos diferidos, bem como a liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 abrangem a Companhia e sua controlada em conjunto.

(b) Aquisição de participação em controlada em conjunto

Em 31 de agosto de 2010, a Companhia obteve o controle compartilhado da Companhia Ativas Data Center S.A. (“Ativas”), da qual detém 49% do capital votante e a garantia dos demais sócios, prevista em acordo de acionistas, que lhe confere poder de veto nas principais deliberações dessa sociedade, além da faculdade de indicar dois quintos dos membros do seu Conselho de Administração e também a indicação de um diretor executivo.

A Ativas tem por objetivo social a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física (*hosting* e *colocation*) de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e *site-backup*, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet. A construção do data center classificado na categoria “Tier III” (*Uptime Institute*), para atendimento a médias e grandes corporações, foi concluída em janeiro de 2011.

A Ativas contribuiu, no exercício de 2012, com uma receita líquida de R\$ 22.001 (R\$14.492 em 2011) e prejuízo líquido de R\$ 18.295 (R\$18.384 em 2011).

Na data de aquisição do investimento, o principal ativo dessa investida estava representado por imobilizado em andamento, correspondente ao Data Center, cuja fase de construção encerrou-se em janeiro de 2011. Como a investida encontrava-se em estado inicial de operações, utilizando-se de outros meios para a prestação de serviços aos seus clientes, o prejuízo líquido apurado nessa fase, gerou um ágio de R\$4.397, o qual está fundamentado na expectativa de lucros futuros. Os ativos e passivos na data-base da transação foram considerados como próximos ao seu valor justo e, portanto, nenhuma parcela do ágio apurado foi alocado aos ativos dessa investida.

Devido à fase inicial das operações, a Ativas vem apurando sucessivos prejuízos contábeis. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações financeiras, a Administração entende que a continuidade operacional desta controlada em conjunto e a consequente manutenção dos saldos de investimento dependem do contínuo ingresso de recursos, até que, suas operações gerem lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado, e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Com a publicação do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, alterado em correspondência com a IFRS 11, os acordos em conjunto serão tratados de forma a focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido para o controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e terá impactos para a Companhia. A Cemig Telecom passará a classificar a participação no capital da Ativas Data Center S.A. somente na rubrica de investimentos, avaliando o seu saldo exclusivamente pelo método de equivalência patrimonial e abandonando o método de consolidação proporcional.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2013.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos, quando aplicável.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os pronunciamentos emitidos pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - perdas com créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente.
- Nota 10 - utilização de prejuízos fiscais.
- Notas 12 e 13 - estimativas da vida útil e dos valores residuais dos bens do ativo imobilizado e do intangível.
- Nota 18 - provisões e contingências.
- Nota 24 - instrumentos financeiros.
- Nota 25 - mensuração de ativos e passivos atuariais de benefícios pós-emprego a empregados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas do Grupo.

(a) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e transações contábeis da Controladora e de sua controlada em conjunto.

As demonstrações financeiras de empresas controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que esse controle compartilhado se inicia até a data em que esse compartilhamento de controle deixe de existir. As políticas contábeis da controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. O investimento em controlada em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de eventuais perdas por *impairment* acumuladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações intragrupo, além de receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na sua investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados - e o correspondente valor líquido apresentado no balanço patrimonial - somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

- Caixa e equivalentes de caixa:

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento:

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após esta data, as variações de seu valor justo são contabilizadas diretamente no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade.

- Empréstimos e Recebíveis:

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital Social

Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. A integralidade do capital social da Companhia está representada por ações ordinárias.

Ações preferenciais - As ações preferenciais, quando e se emitidas, são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais, quando e se emitidas, não darão direito a voto e possuirão preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Terão prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, bem como direito a um dividendo 10% maior que aqueles que serão pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Quando aplicável, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Em 2012 a Controladora e a Controlada em conjunto não operaram com instrumentos derivativos.

(d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, bem como custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Ativos sobressalentes

Os materiais e equipamentos sobressalentes de determinados itens do imobilizado, cuja destinação provável é a substituição futura de bens em operação e para os quais se espera seu uso por mais de um exercício social, são classificados em estoque de sobressalentes, no ativo imobilizado, até a sua destinação final. Os bens novos adquiridos com essa finalidade somente são incorporados ao imobilizado em serviço no momento em que são requisitados. Os bens retirados do imobilizado em serviço por substituição são reintegrados ao estoque de sobressalentes e a sua depreciação é normalmente continuada, desde que seu reparo e reutilização sejam possíveis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de substituição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item quando for provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente substituído por outro é transferido para os estoques de sobressalentes ou baixado, conforme o caso. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos, os quais incluem o valor pago pelos serviços de desativação e reparo, assim como o custo de materiais e componentes necessários à substituição e recolocação do bem em estado de funcionamento.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 12.

Quando é possível identificar um ou mais ativos associados a uma solução específica que visa ao atendimento de determinado contrato de prestação de serviços, suas vidas úteis passam a ser limitadas ao tempo estimado de vigência contratual.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(e) Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante na aquisição de controlada em conjunto é incluído no grupo de investimentos e reclassificado para o ativo intangível, para fins de apresentação do consolidado. No reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo valor justo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, conforme descrito na nota explicativa 13. Com relação ao ágio apurado em decorrência de investimento em controlada em conjunto registrado por equivalência patrimonial, o valor do ágio é incluído no valor contábil do investimento, líquido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software adquiridas de terceiros são registradas no ativo intangível e mensuradas com base nos custos de aquisição e implantação, sendo amortizados pelo respectivo prazo de vida útil estimado.

O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é registrado como custo daquele equipamento e classificado no ativo imobilizado.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iv) Amortização

Amortização dos ativos intangíveis é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, excetuando-se o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão apresentadas na nota explicativa 13.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados, caso seja adequado.

(f) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

- (i) Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perspectiva de perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada

objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excetuando-se o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(g) Benefícios a empregados

(i) Plano Misto de benefícios Previdenciário - Plano B

O plano é de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha, ou na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo, e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido e devem transitar para lucro acumulados, quando os valores líquidos dos ativos e passivos dos planos são relevantes.

Com as alterações do CPC 33 (R1) Benefícios a empregados que serão efetivas para os períodos anuais iniciados após 01/01/13 será exigido o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da norma e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados – Pró Saúde Integrado e Plano Odontológico

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha ou, na sua ausência, com base nas taxas de títulos do governo e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Ganhos e perdas atuariais, quando relevantes, são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

(h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Reconhecimento da receita

A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de aluguéis e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que o valor da receita operacional e os respectivos custos associados possam ser estimados e/ou mensurados de maneira confiável. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos e dos descontos incondicionais, bem como das eliminações de transações não realizadas entre partes relacionadas.

(i) Prestação de serviços

A Companhia considera como prestados os serviços que, por acordo comercial formal, resultem na obrigação irrevogável de entregar aos seus clientes os benefícios decorrentes das atividades operacionais exercidas pela Companhia, independentemente da sua forma de quitação.

Os serviços são prestados aos clientes de forma contínua pelo prazo pactuado no contrato. As receitas são reconhecidas no resultado com base no estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços contratados.

a) Telecomunicações

O art. 60 da Lei Geral das Telecomunicações - LGT, Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, define serviço de telecomunicações como “o conjunto de atividades que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão ou recepção, por fio, radioeletricidade, meios ópticos ou qualquer outro processo eletromagnético, de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza”. Tais serviços dividem-se em diversas modalidades, sendo a Companhia autorizada pela ANATEL a prestar serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, de acordo com o Regulamento do SCM aprovado pela Resolução ANATEL n.º 272, de 09 de agosto de 2001. Os contratos de prestação de serviços são remunerados em bases fixas mensais, cujos valores são negociados em função, principalmente, da taxa de transmissão, da distância entre os pontos de interligação, da quantidade contratada e do prazo de fidelização, os quais variam geralmente entre 01 e 05 anos.

As receitas de telecomunicações compreendem o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações provenientes de solicitações adicionais, deduzidas das glosas e outros abatimentos decorrentes de incentivos baseados em volume de contratações. As receitas são reconhecidas na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

O valor atribuível da receita em relação ao estágio de entrega ou disponibilidade dos serviços de telecomunicações é mensurado, em bases mensais, na forma prevista nos contratos. Os serviços iniciados ou cancelados durante o curso do mês de referência são valorados na base *pro-rata-die*, na proporção da entrega ou colocação à disposição dos clientes.

Certos contratos de prestação de serviços de telecomunicações com operadoras de TV a cabo e Internet Banda Larga preveem como forma de remuneração desses serviços o compartilhamento de receitas entre as empresas, onde o preço dos serviços é estabelecido com base em percentuais da arrecadação dessas operadoras, ou seja, sobre o valor efetivamente recebido dos assinantes (consumidores finais).

b) Tecnologia da informação

A Companhia participa no capital da Ativas Data Center, que atua como *hosting*, *storage*, *site backup* e *software as a service*. A Ativas oferece soluções personalizadas de acordo com as necessidades de cada cliente e traz novidades no que tange às soluções no modelo SaaS (*Software*

as a Service) e *cloud computing*, que permitem ao cliente ampliar rapidamente o seu contrato conforme a sua demanda.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(ii) Outras receitas

a) Aluguel de fibra apagada

Certos acordos comerciais preveem a utilização pelos clientes de parte das redes de fibras ópticas da Companhia, sem que, no entanto, sejam alocados nessas redes quaisquer equipamentos ou serviços de sua propriedade ou responsabilidade. Em outras palavras, é a disponibilização da rede *in natura* sem qualquer equipamento ou inteligência associados. Esse tipo de prestação, semelhante a aluguel, é denominada “fibra apagada”, “fibra escura” ou ainda “*dark fiber*” e não se confunde com o serviço de telecomunicações, uma vez que não preenche os requisitos definidos na Lei Geral das Telecomunicações.

A receita de aluguel de fibra apagada é reconhecida no resultado pelo regime de competência no prazo do contrato.

b) Direito de passagem (sublocação de infraestrutura de transmissão e distribuição)

A Companhia possui contrato de “direito de passagem” nas linhas de transmissão e distribuição da Cemig, por cuja concessão paga mensalmente à concedente, através de participação na receita, uma espécie de *royalty* que varia em função da receita auferida pela Companhia. O mesmo acordo operacional confere à Companhia a possibilidade de sub-rogação desses direitos de passagem a terceiros, desde que haja expressa anuência da concedente. A receita de direito de passagem decorrente da sub-rogação de tais direitos é reconhecida pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Indenização pela rescisão antecipada de contrato

Os contratos de serviços de telecomunicações possuem cláusulas de proteção que garantem à Companhia o direito à indenização (penalidade a título de perdas e danos pré-fixados) em caso de resolução antecipada e unilateral do pacto pelos clientes, a fim de assegurar o retorno mínimo do investimento realizado pela Companhia no atendimento ao serviço contratado.

(j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de serviço de telecomunicações, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

(k) Arrendamentos

Operacionais - Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como “arrendamentos operacionais”. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos pelo arrendatário no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo de contratação do arrendamento.

Financeiros - Os arrendamentos de bens do ativo imobilizado no quais a Companhia detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como “arrendamentos financeiros”, cujos pagamentos mínimos são sistemática e separadamente alocados entre o passivo em aberto e os encargos financeiros a apropriar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens adquiridos na modalidade de arrendamento financeiro são classificados no ativo imobilizado e depreciado de acordo com a sua vida útil estimada.

Política de identificação e classificação de arrendamentos

No início de um contrato qualquer, define-se se o documento é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo especificado.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e sua controlada em conjunto assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial ativo e passivo são reconhecidos por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto.

Os outros arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos operacionais e são reconhecidos como despesa na base da linha reta durante o prazo do arrendamento mercantil, exceto se outra base sistemática for mais representativa do padrão temporal do benefício.

(l) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- (i) Imposto de renda e contribuição social correntes - é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do

resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Consolidado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos - É o efeito decorrente da diferença de tratamento entre o resultado contábil e o lucro tributário apurado em cada período, os quais podem ter como origem na apuração de prejuízos fiscais compensáveis em períodos futuros ou no registro de transações contábeis que, por expressa previsão legal, tenham seus efeitos tributários (ativos ou passivos) suspensos ou postergados, também conhecidos como diferenças temporárias.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

O imposto de renda diferido ativo deixa de ser reconhecido nas demonstrações financeiras na medida em que for provável que, à luz das evidências existentes, os benefícios econômicos da dedutibilidade fiscal dos créditos que a ele deram origem, deixarão de ser aproveitados para abater os lucros tributários futuros ou, ainda, sua realização seja incerta ou indeterminada. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados na data de cada levantamento de demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas são realizadas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados individualmente como ativos ou passivos “não circulantes”, independentemente da existência de expectativa de realização ou reversão no exercício social seguinte e podem ser compensados entre si, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

(m) Resultado por ação

- Básico - O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.
- Diluído - O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33).

Face à inexistência de instrumentos financeiros que pudessem provocar a diluição do capital, não foram apuradas diferenças entre os lucros básicos e diluídos pela Companhia.

(n) Informação por segmento

Segmento operacional são unidades estratégicas de negócio que oferecem diferentes serviços, cujas operações são gerenciadas separadamente e requerem a aplicação de diferentes tecnologias e estratégias operacionais. Os segmentos operacionais reportáveis são definidos com base nos relatórios utilizados pela Administração para a tomada de decisões e acompanhamento dos negócios, os quais são frequentemente revistos pela Diretoria Executiva da Companhia.

Tanto as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) quanto de sua controlada em conjunto, Ativas, inclui somente um segmento operacional identificável em cada uma das empresas. Assim sendo, considerou-se para fins de elaboração das presentes demonstrações financeiras os segmentos operacionais relacionados ao negócio de Telecomunicações (CemigTelecom) e o de Tecnologia da Informação (Ativas).

(o) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(p) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no momento em que são declarados. De acordo com o estatuto social da Companhia, a deliberação sobre o pagamento dos juros sobre o capital próprio intermediário compete ao Conselho de Administração, sendo que esse colegiado outorgou à Diretoria Executiva da Companhia poderes para deliberar sobre a matéria, sem a necessidade de anuência prévia. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(q) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

Contas a receber de clientes compostos pela venda de serviços de telecomunicações a prazo para clientes com baixo risco de crédito. A Companhia realizou cálculo do valor presente para as vendas com prazo de pagamento superiores a 90 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens em 31 de dezembro de 2011 era de 1,96% a.m., baseada nas taxas média do mercado para operação de crédito. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

Nas demonstrações dos resultados, os valores do ajuste a valor presente de contas a receber são registrados no resultado na rubrica "Receita líquida de prestação de serviços". A reversão do ajuste a valor presente é reconhecida em receitas financeiras.

(r) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a saber:

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", os principais impactos das alterações são: eliminação do método corredor com reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido e reconhecido em lucros ou prejuízos. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", o IASB divulgou a IFRS 9 em 2009 como parte da primeira fase de substituição da IAS 39, norma considerada extremamente complexa. A IFRS 9 busca abordar de forma mais simples a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A norma requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. Com relação ao passivo financeiro, a principal mudança é que nos casos de variação do valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade, a porção de mudança, deve ser apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRS 10 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, a norma fornece orientações sobre a determinação do controle, que é fator decisivo para inclusão ou não de uma entidade nas demonstrações consolidadas da controladora. A IFRS 10 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e requer reapresentação das informações do período comparativo.
- IFRS 11 - “Acordos em Conjunto”, a norma determina que existem dois tipos de acordos em conjunto, cada um com um modelo de contabilização. Na operação conjunta as partes controladoras em conjunto têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relativos a este acordo, portanto, devem contabilizar sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas. No controle em conjunto as partes controladoras tem direitos sobre o patrimônio líquido e devem contabilizá-la pelo método de equivalência patrimonial. A IFRS 11 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e requer reapresentação das informações do período comparativo.
- IFRS 12 - “Divulgação de Participação em Outras Entidades”, a IFRS 12 requer divulgação para entidades que possuem participação em controladas, acordos conjuntos, consolidadas e entidades não consolidadas. A IFRS 12 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e requer reapresentação das informações do período comparativo.
- IFRS 13 - “Mensuração do Valor Justo”. A IFRS 13 introduz uma definição mais precisa do valor justo, busca estabelecer uma estrutura única de mensuração do valor justo e determina os principais requisitos de divulgação. A IFRS 13 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários. A administração entende que a aplicação dessas alterações não terão efeitos significativos sobre os saldos reportados anteriormente.

(s) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos da Companhia e de sua controlada em conjunto, Ativas Data Center S.A.. O saldo do investimento da Companhia nessa empresa, o resultado de equivalência patrimonial e os saldos e transações entre ambas foram eliminados na consolidação. A consolidação foi realizada utilizando-se o “método proporcional” na forma do CPC 19.

4. Determinação do valor justo de ativos e passivos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos, financeiros e não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Derivativos

Quando aplicável, derivativos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

5. Segmentos operacionais

A Companhia considera os seguintes segmentos operacionais divulgáveis: (i) o negócio de Telecomunicações, na qual opera a controladora CemigTelecom e (ii) o negócio de Tecnologia da Informação, onde opera sua controlada em conjunto, Ativas, as quais formam, distintamente, duas unidades de negócio estratégicas para a Companhia. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente, pois exigem a utilização de tecnologias, controles e estratégias de negócios distintos.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração de cada unidade de negócio. O resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ou LAJIDA (sigla equivalente utilizada na língua inglesa para denominar *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBTIDA) é a base de valor usualmente utilizada pela Administração para avaliar o desempenho de cada segmento de negócio, uma vez que acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de outras entidades que operam nesses mercados.

	Telecomunicações		Tecnologia da informação (*)		Parcela não consolidada		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Receitas líquidas	112.833	115.445	44.900	29.576	(23.539)	(10.187)	134.194	128.584
Receitas financeiras	9.491	8.434	2.515	4.955	(1.283)	(2.666)	10.723	10.862
Despesas financeiras	(4.650)	(4.687)	(17.259)	(16.591)	8.802	8.171	(13.107)	(12.817)
Depreciação e amortização	(31.577)	(34.710)	(9.638)	(6.704)	4.914	5.402	(36.301)	(37.995)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	15.096	20.291	(37.338)	(29.349)	37.338	24.153	15.096	24.294
Resultado de equivalência patrimonial	(18.295)	(18.384)	-	-	18.295	18.384	-	-

(*) Informação integral extraída dos registros contábeis da controlada em conjunto Ativas Data Center, incluindo a participação do outro acionista.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários	106	1.347	63	38
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	-	11.618	-	11.618
Debêntures	-	395	-	395
Fundos de renda fixa				
Certificados de Depósitos Bancários	7.448	22.776	3.465	22.776
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.115	-	4.115
Notas do Tesouro Nacional	-	693	-	693
Letras Financeiras - Bancos	-	11.291	-	11.291
Operações compromissadas	6.763	4.456	2.856	4.456
Total	14.317	56.691	6.384	55.382

7. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a: (i) títulos de renda fixa e estão representados por cotas de fundos administrados por instituições financeiras que cumprem com os requisitos de idoneidade e solidez estabelecidos pelo Grupo; e (ii) investimentos em títulos e certificados de depósitos bancário - CDB com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, cujos montantes apresentados no ativo circulante consideram a expectativa de realização no curto prazo.

Títulos de renda fixa	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante				
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários (a)	9.386	4.265	6.855	4.265
Debêntures (b)	7.850	18.219	7.850	18.219
Fundos de renda fixa				
Certificados de Depósitos Bancários	11.344	-	5.544	-
Letras Financeiras do Tesouro	11.986	-	5.896	-
Letras Financeiras - Bancos	10.588	-	4.812	-
Subtotal	51.154	22.484	30.957	22.484
Não Circulante				
Fundos de renda fixa				
Certificados de Depósitos Bancários	174	-	87	-
Letras Financeiras do Tesouro	6.631	-	3.314	-
Letras Financeiras - Bancos	908	-	361	-
Outros	467	-	233	-
Subtotal	8.180	-	3.995	-
Total	59.334	22.484	34.952	22.484

(a) Certificados de depósito bancário pós- fixados, rentabilidade média de 102,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento médio de 181 dias.

(b) Debêntures pós - fixadas, rentabilidade média de 107,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento médio de 182 dias. Nenhum desses ativos está vencido ou apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Partes relacionadas (nota 19)	3.718	4.105	3.795	4.105
Terceiros	24.174	20.508	20.086	18.899
Serviços em andamento (a faturar)	17.513	7.930	-	-
Ajuste a valor presente (a)	(771)	(132)	-	(132)
Créditos de liquidação duvidosa (b)	(2.216)	(2.216)	(2.216)	(2.216)
Total	42.418	30.195	21.665	20.656
Circulante	40.916	28.160	20.163	18.621
Não circulante	1.502	2.035	1.502	2.035

A seguir apresentamos o resumo das contas a receber vencidas por idade de vencimento:

Contas a receber - vencidas	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
De 1 a 30 dias	4.097	4.555	2.856	4.436
De 31 a 60 dias	1.597	1.519	1.451	1.430
De 61 a 90 dias	721	190	657	110
De 91 a 180 dias	1.004	447	1.001	302
Acima de 181 dias	3.059	3.033	3.059	2.954
Total	10.479	9.744	9.024	9.232
Total de perdas acumuladas reconhecidas	(2.216)	(2.216)	(2.216)	(2.216)
Percentual das perdas reconhecidas sobre as contas a receber vencidas	21%	23%	25%	24%

- (a) O ajuste a valor presente é calculado em taxas de mercado que refletem o custo de oportunidade dos recursos não recebíveis no curto prazo.
- (b) A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa é registrada após avaliação individual dos títulos. Os que apresentam dúvidas quanto a sua realização, têm suas perdas reconhecidas na demonstração do resultado no montante em que se espera incorrer.

A movimentação da estimativa de perdas nas contas a receber, pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldos em 1 de janeiro	(2.216)	(1.206)
Constituições	<u>-</u>	<u>(1.010)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>(2.216)</u>	<u>(2.216)</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas, exceto trabalhos de construção em andamento, está divulgada na nota explicativa 24.

9. Tributos a recuperar

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	3.913	5.461	3.913	5.461
Imposto de renda e contribuição social antecipados	4.737	973	4.737	973
Imposto de renda e contribuição social a compensar	404	183	113	114
Programa de Integração Social - PIS	101	-	-	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	465	-	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	504	-	293	-
Outros	24	539	-	25
Total	<u>10.148</u>	<u>7.156</u>	<u>9.056</u>	<u>6.573</u>
Circulante	<u>8.325</u>	<u>4.356</u>	<u>7.238</u>	<u>3.777</u>
Não circulante	<u>1.823</u>	<u>2.800</u>	<u>1.818</u>	<u>2.796</u>

- (a) Refere-se, basicamente, a créditos a recuperar de ICMS destacados nas notas fiscais de aquisições de bens do ativo imobilizado, os quais são aproveitados em 48 meses a partir da sua escrituração no livro CIAP.

10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos, refere-se a ativo fiscal diferido constituído, principalmente, sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados até a data do balanço. O registro do imposto de renda diferido relativo a crédito tributário oriundo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social teve como base o estudo técnico de viabilidade elaborado pela Diretoria e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia em 05 de março de 2013, em conformidade com o disposto na Deliberação 273/98 e Instrução 371/02 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As premissas utilizadas na elaboração do estudo técnico de viabilidade foram baseadas na projeção de geração de lucros tributáveis futuros suficientes ao esgotamento dos créditos fiscais, considerando o plano de negócios da Companhia e de sua controlada em conjunto e as perspectivas do cenário macroeconômico do setor. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Controladora e consolidado

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	21.528	23.147
Créditos de liquidação duvidosa	368	368
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	118	992
Depreciação - Lei 11.941/09	702	-
Outras adições temporárias	<u>175</u>	<u>324</u>
Total	<u>22.891</u>	<u>24.831</u>

De acordo com as atuais projeções da Administração e em conformidade com a Instrução 371/02 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a expectativa de realização dos créditos tributários diferidos registrados em 31 de dezembro de 2012 pode ser assim demonstrada:

Controladora e Consolidado

<u>Ano</u>	<u>Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social</u>	<u>Diferenças temporárias</u>	<u>Total do crédito tributário</u>	<u>Percentual de realização</u>
2013	1.680	118	1.798	7,9%
2014	1.668	394	2.062	9,0%
2015	3.315	180	3.495	15,3%
2016	4.576	144	4.720	20,6%
2017	6.679	141	6.820	29,8%
2018 a 2021	<u>3.610</u>	<u>386</u>	<u>3.996</u>	<u>17,4%</u>
Total	<u>21.528</u>	<u>1.363</u>	<u>22.891</u>	<u>100,0%</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Acumulado do exercício			
	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social	15.096	24.294	15.096	20.291
Juros sobre Capital Próprio	(16.200)	(17.000)	(16.200)	(17.000)
Prejuízo fiscal não reconhecido	18.295	26.147	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	18.295	18.384
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social ajustados	17.191	33.441	17.191	21.675
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(5.845)	(11.370)	(5.845)	(7.370)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	148	135	148	135
Outras adições e exclusões, líquidas	151	201	151	204
Despesa efetiva de Imposto de renda e contribuição social	<u>(5.546)</u>	<u>(11.034)</u>	<u>(5.546)</u>	<u>(7.031)</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(3.606)	(5.488)	(3.606)	(5.488)
Diferido	(1.940)	(5.546)	(1.940)	(1.543)
Total	<u>(5.546)</u>	<u>(11.034)</u>	<u>(5.546)</u>	<u>(7.031)</u>

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos e taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável.

A movimentação do ativo fiscal diferido de 2011 a 2012 pode ser assim demonstrada:

<u>Consolidado e Controladora</u>	<u>Acumulado do exercício</u>			
	<u>31/12/11</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/12</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	23.147	-	(1.619)	21.528
Créditos de liquidação duvidosa	368	-	-	368
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	992	468	(1.342)	118
Depreciação - Lei 11.941/09	-	702	-	702
Outras diferenças temporárias	324	149	(298)	175
Total do crédito tributário reconhecido	<u>24.831</u>	<u>1.319</u>	<u>(3.259)</u>	<u>22.891</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a controlada em conjunto possuía créditos fiscais no montante de R\$31.061 relativos à prejuízos fiscais cujo prazo de recuperação não é possível estimar com razoável segurança. Em decorrência disto deixou-se de reconhecer nas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$15.220 de imposto de renda e contribuição social diferidos referente à participação da controladora.

Os créditos fiscais não reconhecidos da controlada em conjunto podem ser assim demonstrados:

Créditos fiscais não reconhecidos

<u>Ano</u>	<u>Valor Base do Crédito Tributário</u>	<u>Crédito Tributário</u>	<u>Valor Base do Crédito Tributário (*)</u>	<u>Crédito Tributário (*)</u>
2012	37.337	12.695	18.295	6.220
2011	29.994	10.198	14.697	4.997
2010	17.922	6.093	8.782	2.986
2009	6.104	2.075	2.991	1.017
	<u>91.357</u>	<u>31.061</u>	<u>44.765</u>	<u>15.220</u>

(*) Valores referente a participação de 49% da CEMIGTelecom.

11. Investimento em controlada em conjunto

A Companhia é detentora de 49% (quarenta e nove por cento) do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A. Os sócios possuem acordo de acionistas que garante à CemigTelecom poder de veto nas principais deliberações sociais da sociedade, sendo-lhe conferida, inclusive, a indicação de um Diretor executivo e mais 2/5 (dois quintos) dos assentos no Conselho de Administração.

A Ativas, até a finalização da fase de construção de seu data center, ocorrida em janeiro de 2011, manteve-se em situação inicial e provisória de operações, tendo acumulado, até 31 de dezembro de 2012, prejuízos líquidos contábeis de R\$92.147 (R\$54.810 até 31/12/11), desde a sua constituição em 2009. Em decorrência dos prejuízos apurados pela investida e da paridade dos aportes realizados pelos sócios, apurou-se um ágio na CemigTelecom no valor de R\$4.397, fundamentado na expectativa de lucros futuros dessa investida, o qual é reclassificado para o grupo do intangível, para fins de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas.

As projeções de resultado apontadas no plano de negócio da Ativas, indicam o auferimento de resultados operacionais positivos a partir de 2015.

As principais informações sobre a Ativas, controlada em conjunto, estão apresentadas abaixo em valores integrais, desconsiderando-se o saldo do ativo diferido:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativo	207.125	107.150
Passivo	226.472	110.960
Patrimônio Líquido	(19.347)	(3.810)
Receita Líquida	44.900	29.576
Prejuízo Líquido do Exercício	(37.338)	(29.349)

A movimentação do investimento no capital da Ativas em 2012 e 2011 foi como segue:

01/01/11	<u>Movimentação em 2011</u>		<u>31/12/11</u>	<u>Movimentação em 2012</u>		<u>31/12/12</u>
	<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>		<u>Aumento de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	
<u>10.147</u>	<u>6.370</u>	<u>(18.384)</u>	<u>(1.867)</u>	<u>10.682</u>	<u>(18.295)</u>	<u>(9.480)</u>

O valor do investimento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 pode ser assim demonstrado:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Patrimônio líquido da investida	(19.347)	(3.810)
Percentual de participação (%)	<u>49,00%</u>	<u>49,00%</u>
Investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial	(9.480)	(1.867)
Ágio pago na subscrição	<u>4.397</u>	<u>4.397</u>
Saldo do investimento	<u>4.397</u>	<u>4.397</u>
Saldo do passivo a descoberto	<u>(9.480)</u>	<u>(1.867)</u>
Perda de equivalência patrimonial	<u>(18.295)</u>	<u>(18.384)</u>

A composição acionária da Ativas é a seguinte:

Acionista	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação acionária</u>
Ativas Participações S.A.	37.127.997	51,00%	26.009.997	51,00%
Cemig Telecomunicações S.A	35.672.000	49,00%	24.990.000	49,00%
Outros	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>
Total	<u>72.800.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>51.000.000</u>	<u>100,00%</u>

Garantia de aporte pelos acionistas

Com vistas a viabilizar a captação de recursos no mercado financeiro pela controlada em conjunto (Ativas), os acionistas dessa Companhia celebraram termo de compromisso junto à instituição financeira, no qual se obrigam a aportar recursos na sociedade investida sempre que verificada condição de falta de cobertura de fluxos de caixa.

12. Imobilizado

<u>Consolidado</u>	31/12/12		31/12/11	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Terrenos	2.532	-	2.532	2.532
Imóveis	22.509	(1.722)	20.787	21.578
Instalações	217	(10)	207	-
Máquinas e equipamentos	3.906	(1.020)	2.886	3.203
Móveis e utensílios	2.323	(1.025)	1.298	984
Veículos	11	(2)	9	11
Computadores e periféricos	15.575	(5.118)	10.457	6.249
Instrumentos de Teste	2.882	(2.356)	526	639
Infraestrutura civil	7.489	(1.133)	6.356	6.581
Benfeitorias	213	(141)	72	68
Sistema de recepção de Satélites	9.283	(8.263)	1.020	1.763
Equipamentos de redes de telecomunicações	286.503	(192.523)	93.980	104.710
Materiais	53.851	(27.510)	26.341	25.311
Cabos	119.945	(49.619)	70.326	69.448
Imobilizado em andamento	14.273	-	14.273	13.008
Outros	151	(19)	132	38
Sub total	<u>541.663</u>	<u>(290.461)</u>	<u>251.202</u>	<u>256.123</u>
Provisão para obsolescência	-	-	-	(744)
Total líquido	<u>541.663</u>	<u>(290.461)</u>	<u>251.202</u>	<u>255.379</u>

<u>Controladora</u>	31/12/12		31/12/11	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Terrenos	82	-	82	82
Imóveis	55	(12)	43	44
Instalações	128	(8)	120	-
Máquinas e equipamentos	1	-	1	1
Móveis e utensílios	1.296	(810)	486	266
Computadores e periféricos	1.605	(1.365)	240	471
Instrumentos de Teste	2.882	(2.356)	526	639
Infraestrutura civil	7.489	(1.133)	6.356	6.581
Benfeitorias	211	(140)	71	68
Sistema de recepção de Satélites	9.283	(8.263)	1.020	1.763
Equipamentos de redes de telecomunicações	286.503	(192.523)	93.980	104.710
Materiais	53.851	(27.510)	26.341	25.311
Cabos	119.945	(49.619)	70.326	69.448
Imobilizado em andamento	13.711	-	13.711	12.951
Sub total	<u>497.042</u>	<u>(283.739)</u>	<u>213.303</u>	<u>222.335</u>
Provisão para obsolescência	-	-	-	(744)
Total líquido	<u>497.042</u>	<u>(283.739)</u>	<u>213.303</u>	<u>221.591</u>

As taxas de depreciação e as vidas úteis remanescentes foram determinadas através de laudos técnicos emitidos por engenheiros da Companhia e refletem a expectativa de vida útil dos bens, estando demonstradas como segue:

Taxas de depreciação e vidas úteis dos ativos:

Classe de ativos	Consolidado		Controladora		Taxas anuais de depreciação
	Percentual médio depreciado até 31/12/12	Vida útil média remanescente (anos)	Percentual médio depreciado até 31/12/12	Vida útil média remanescente (anos)	
Imóveis	8%	46,0	22%	39,0	2%
Instalações	5%	9,5	6%	9,4	10%
Máquinas e equipamentos	26%	7,4	0%	10,0	10%
Móveis e utensílios	44%	5,6	63%	3,7	10%
Veículos	18%	4,1	-	-	-
Computadores e periféricos	33%	3,4	85%	0,8	20%
Instrumentos de Teste	82%	1,8	82%	1,8	10%
Infraestrutura civil	15%	28,3	15%	28,3	3%
Benfeitorias	66%	1,7	66%	1,7	20%
Sistema de recepção de Satélites	89%	1,4	89%	1,4	8%
Equipamentos de redes de telecomunicações	67%	3,3	67%	3,3	10%
Materiais	51%	7,0	51%	7,0	7%
Cabos	41%	11,7	41%	11,7	5%

A movimentação do ativo imobilizado em 2012 pode ser assim demonstrada:

<u>Consolidado</u>	Movimentação no exercício				31/12/12
	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	2.532	-	-	-	2.532
Imóveis	22.409	317	(217)	-	22.509
Instalações	-	217	-	-	217
Móveis e utensílios	1.865	460	(2)	-	2.323
Máquinas e equipamentos	3.835	71	-	-	3.906
Veículos	11	-	-	-	11
Computadores e periféricos	9.036	6.539	-	-	15.575
Instrumentos de teste	2.882	-	-	-	2.882
Infraestrutura civil	7.489	-	-	-	7.489
Benfeitorias	187	26	-	-	213
Sistemas de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	278.072	-	(1.749)	10.180	286.503
Materiais	49.224	-	-	4.627	53.851
Cabos	113.262	-	(28)	6.711	119.945
Imobilizado em andamento	13.006	23.316	(220)	(21.831)	14.271
Adiantamento a fornecedores	2	-	-	-	2
Outros	44	107	-	-	151
Total do custo	513.139	31.053	(2.216)	(313)	541.663
Depreciação acumulada	(257.016)	(34.634)	1.310	(121)	(290.461)
Provisão para obsolescência	(744)	-	744	-	-
Valor líquido depreciável	255.379	(3.581)	(162)	(434) (*)	251.202

(*) Transferência de saldo de projeto de implantação de sistema informatizado de gestão para o ativo intangível, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

<u>Controladora</u>	<u>Acumulado do exercício</u>				<u>31/12/12</u>
	<u>31/12/11</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Terrenos	82	-	-	-	82
Imóveis	55	-	-	-	55
Instalações	-	128	-	-	128
Móveis e utensílios	1.024	272	-	-	1.296
Máquinas e equipamentos	1	-	-	-	1
Veículos	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	1.562	43	-	-	1.605
Instrumentos de teste	2.882	-	-	-	2.882
Infraestrutura civil	7.489	-	-	-	7.489
Benfeitorias	187	24	-	-	211
Sistemas de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	278.072	-	(1.749)	10.180	286.503
Materiais	49.224	-	-	4.627	53.851
Cabos	113.262	-	(28)	6.711	119.945
Imobilizado em andamento	12.949	22.811	(220)	(21.831)	13.709
Adiantamento a fornecedores	2	-	-	-	2
Outros	-	-	-	-	-
Total do custo	<u>476.074</u>	<u>23.278</u>	<u>(1.997)</u>	<u>(313)</u>	<u>497.042</u>
Depreciação acumulada	(253.739)	(31.189)	1.310	(121)	(283.739)
Provisão para obsolescência	(744)	-	744	-	-
Valor líquido depreciável	<u>221.591</u>	<u>(7.911)</u>	<u>57</u>	<u>(434)</u> (*)	<u>213.303</u>

A Companhia e sua controlada em conjunto realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos com vida útil definida. Os trabalhos de avaliação das vidas úteis dos ativos foram conduzidos pelos profissionais do corpo técnico de engenharia das empresas, os quais consideraram, dentre outros aspectos, os seguintes principais indicativos para formação de seu juízo: (i) informações técnicas relacionadas à utilização e manutenção dos ativos, (ii) perspectivas de mudanças tecnológicas e de mercado, (iii) a capacidade da Companhia em obter no mercado serviços e peças de reposição para os bens e (iv) a possibilidade de realização de upgrades nos equipamentos e softwares relacionados, bem como da capacidade de sua combinação com tecnologias futuras.

Como decorrência do resultado da revisão das vidas úteis realizado em 2011 e 2012, certos bens do ativo imobilizado da Controladora, por estarem exclusivamente vinculados a contratos de prestação de serviços, tiveram suas vidas úteis remanescentes revistas em função da alteração do tempo de duração estimado desses contratos, provocando, conseqüentemente, mudanças nas estimativas das vidas úteis de tais bens e influenciando o critério de alocação do valor depreciável do ativo ao longo da sua vida útil a partir do exercício de 2012. Os relatórios gerados no processo de avaliação foram submetidos à aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração das Empresas.

Para fins fiscais, foram mantidas as vidas úteis dos bens e a diferença entre a base contábil e fiscal são tratadas como diferenças temporárias, cujos reflexos são reconhecidos como crédito ou débito fiscal diferido no período em que tais diferenças ocorrem.

13. Intangível

<u>Consolidado</u>	31/12/11	Acumulado do exercício		31/12/12
		<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	
Licença de uso de software	6.211	2.147	-	8.358
Sistemas de gestão	2.588	-	313	2.901
Outros	1.389	233	-	1.622
Total do Custo	10.188	2.380	313	12.881
Amortização acumulada	(1.997)	(1.667)	121	(3.543)
Subtotal	8.191	713	434	9.338
Ágio na aquisição de investimento (*)	4.397	-	-	4.397
Valor líquido amortizável	12.588	713	434 (**)	13.735

<u>Controladora</u>	31/12/11	Acumulado do exercício		31/12/12
		<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	
Licença de uso de software	737	175	-	912
Sistemas de gestão	2.588	-	313	2.901
Total do Custo	3.325	175	313	3.813
Amortização acumulada	(1.060)	(388)	121	(1.327)
Valor líquido amortizável	2.265	(213)	434 (**)	2.486

(*) O ágio é decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o valor justo do patrimônio líquido da empresa adquirida, apurado na data de aquisição, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura.

Teste de impairment do ágio - A Companhia efetua pelo menos anualmente o teste de recuperabilidade do ágio registrado com expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos foram efetuados com base no fluxo de caixa descontado que teve como parâmetro as premissas contidas no Plano de negócios individual da controlada em conjunto para os próximos 5 anos e utilizaram taxas de crescimento compatíveis com o mercado em que a Companhia opera. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve a necessidade de reconhecimento de provisões para perdas ao valor recuperável do ágio.

(**) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 12).

Taxas de amortização e vidas úteis:

As taxas anuais de amortização praticadas para os exercícios de 2012 e 2011 foram como segue:

Classe de ativo	Consolidado			Controladora		Taxas anuais de amortização
	Vida útil estimada (anos)	Percentual médio amortizado até 31/12/12	Vida útil média remanescente (anos)	Percentual médio amortizado até 31/12/12	Vida útil média remanescente (anos)	
Licença de uso de software	5 anos	35%	3,2	79%	1,1	20%
Sistema de gestão	8 anos	21%	6,3	21%	7,9	10%

14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Debêntures (a)	85.750	48.023	40.057	48.023
Empréstimos e financiamentos (b)	13.892	17.026	-	-
Capital de giro (c)	30.224	25.806	-	-
Arrendamentos financeiros (d)	13.165	6.762	-	-
Total	143.031	97.617	40.057	48.023
Circulante	18.625	17.525	7.989	8.101
Não Circulante	124.406	80.092	32.068	39.922

(a) Debêntures**Controladora**

Estão representadas na controladora por títulos de emissão privada, não conversíveis, subscritos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S.A. - BNDESPAR no valor de R\$47.483, tendo sido eleito como interveniente e Agente Repassador dos recursos, o Banco Bradesco S.A.

A captação se deu mediante subscrição de debêntures simples, não conversíveis em ações, visando compor a estrutura de *funding* dos seguintes projetos em andamento:

- Projeto Sistema Integrado Multisserviços - SIM;
- Projeto Expansão da Rede de Transporte; e
- Demais projetos, dentre os quais se destacam GPON, Expansão da Rede HFC, Expansão Internet e Sistema da Informação e Gestão.

Como garantia da operação, a Companhia vincula parte de suas receitas, as quais passaram a ser depositadas exclusivamente em Conta Centralizadora, sob gestão do Agente Repassador, que promove a administração dessas garantias.

A administração das garantias pelo Agente Repassador consiste no acolhimento da arrecadação de receitas na Conta Centralizadora, transitória de recursos, com imediato repasse à Conta Reserva, sempre que for verificada existência de recursos inferiores à soma das seis próximas parcelas de amortização de todas as séries de debêntures emitidas ou, ainda, à Conta Retenção, em caso de descumprimento contratual pela Companhia. O valor excedente transitado na conta centralizadora que não estiver sujeito à transferência às contas de Reserva ou de Retenção fica automaticamente livre para movimentação.

Foram emitidas ao todo pela Companhia 47.483 debêntures divididas em 6 séries, todas nominativas, simples, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data da emissão, conforme abaixo:

Séries Debêntures	Quant.	Valor	Valor	TJLP + Custo Fin.		Remuneração		Custo Total
		Unitário	Monetário	TJLP	Custo Fin.	BNDES	de Risco	
Primeira Série	23.405	1.000	23.405	5,50%	1,00%	1,80%	0,82%	9,12%
Segunda Série	8.616	1.000	8.616	5,50%	1,00%	2,50%	0,82%	9,82%
Terceira Série	3.259	1.000	3.259	5,50%	1,00%	-	0,72%	7,22%
Quarta Série	7.085	1.000	7.085	5,50%	1,00%	1,80%	0,82%	9,12%
Quinta Série	2.912	1.000	2.912	5,50%	1,00%	2,50%	0,82%	9,82%
Sexta Série	2.206	1.000	2.206	5,50%	-	0,90%	0,82%	7,22%
Total	47.483		47.483					

O resgate das debêntures ocorrerá em até 73 meses, contados a partir do término do prazo de carência, estabelecido em 15 de dezembro de 2011. O serviço da dívida foi pago trimestralmente durante a fase de carência e mensalmente, após iniciado o prazo de amortização da dívida.

Além das garantias ofertadas, foram pactuados outros compromissos no contrato (*covenants*), os quais poderão provocar, em caso de descumprimento de certas cláusulas pela Companhia, o bloqueio de recursos na Conta Retenção, o vencimento antecipado do contrato e a execução das garantias. Tais obrigações resumem-se, principalmente, na manutenção, desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final, de pelo menos três dos quatro índices financeiros a seguir, os quais deverão ser atingidos ao final de cada semestre civil, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro:

- a) LAJIDA/ Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,30;
- b) Margem LAJIDA (LAJIDA/ROL): igual ou superior a 0,40;
- c) Índice de Capitalização (PL/AT): igual ou superior a 0,35;
- d) Dívida Financeira Total/ LAJIDA: igual ou inferior a 3,00.

Até 31 de dezembro de 2012 todos os compromissos assumidos no âmbito desse contrato foram integralmente cumpridos.

A movimentação do financiamento na modalidade BNDES - Debêntures no exercício foi como segue:

Debêntures	BNDES	Acumulado do exercício			31/12/12
		31/12/11	Pagamento de juros	Amortização	
1a. Série		23.857	(2.378)	(3.575)	19.897
2a. Série		8.794	(938)	(1.316)	7.326
3a. Série		3.270	(223)	(536)	2.731
4a. Série		7.114	(604)	(1.165)	5.940
5a. Série		2.925	(266)	(479)	2.442
6ª. Série		2.213	(151)	(363)	1.848
Subtotal		48.173	(4.560)	(7.434)	40.184
Custos de captação		(150)	-	-	(127)
Total		48.023	(4.560)	(7.434)	40.057

Consolidado

Em 01 de julho de 2012, a controlada em conjunto Ativas Data Center S.A. realizou a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, no montante total de R\$44.100.

Foram emitidas debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, a uma remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia e divulgada pela CETIP, acrescida de um *spread* ou sobretaxa correspondente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, ambos calculados na base de 252 dias úteis.

Destinação dos recursos - os recursos obtidos serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Companhia Ativas.

Garantias - a Ativas Participações S.A. e a CEMIGTelecom celebraram um Contrato de Suporte de Acionistas através do qual se comprometeram a realizar aportes de capital na Companhia Ativas Data Center S.A., para fins de garantir o cumprimento de todas as obrigações relativas às Debentures.

Covenants - além das garantias ofertadas, foram pactuados outros compromissos no contrato (*covenants*), os quais poderão provocar o vencimento antecipado das Debêntures. As obrigações resumem-se, principalmente, (1) na manutenção do adimplemento de todas as dívidas financeiras e obrigações pecuniárias da emissora Ativas Data Center e suas controladoras Ativas Participações e CEMIGTelecom; (2) manutenção do controle acionário vigente da emissora e suas controladoras, exceto se a operação for previamente aprovada pelos Debenturistas. Adicionalmente a Ativas deverá atingir, cumulativamente, os índices financeiros abaixo, a ser verificado nos exercícios sociais a se encerrarem em 2014 a 2017, como segue:

Indicadores	2014	2015	2016	2017
Dívida Líquida / LAJIDA	4,5	3,0	2,0	2,0
LAJIDA / Despesa Financeira	2,0	2,5	2,5	2,5

Periodicidade de pagamento - os valores relativos à remuneração (juros) deverão ser pagos anualmente, a partir de 01 de julho de 2013 e a amortização será iniciada em 01 de julho de 2016.

A movimentação consolidada dos financiamentos na modalidade Debêntures no exercício foi como segue:

Debêntures	31/12/11	Acumulado do exercício			31/12/12
		Captações	Pagamento de juros	Encargos apropriados	
Instituição					
BNDDES	48.173	-	(4.560)	(7.434)	40.184
Votorantim	-	24.500	-	-	25.610
Pine	-	19.600	-	-	20.485
Subtotal	48.173	44.100	(4.560)	(7.434)	86.279
Custos de captação	(150)	(402)	-	-	(529)
Total	48.023	43.698	(4.560)	(7.434)	85.750

(b) Empréstimos e financiamentos - Estão representados por recursos tomados pela controlada em conjunto, Ativas Data Center S/A, visando, principalmente, ao financiamento da construção, montagem e implantação de seu centro de operações.

A movimentação de empréstimos e financiamentos no exercício foi como segue:

Consolidado

Empréstimos e financiamentos	31/12/11	Acumulado do exercício			31/12/12
		Captações	Pagamento de juros	Encargos apropriados	
Instituição / modalidade					
BDMG - Fines (*)	8.735	-	(862)	859	7.120
BDMG - Equipamentos (**)	3.904	-	(387)	375	2.625
BNDDES Automático (***)	3.151	-	(289)	284	2.362
BNDDES Cesta Moedas	798	-	(77)	148	673
BDMG - Fundo de Equalização	438	-	-	-	438
BDMG - Fundo de Equalização	-	669	-	5	674
Total	17.026	669	(1.615)	1.671	13.892

(*) BDMG - FINDES - Linha de crédito que objetiva o financiamento de parte da construção do data center da controlada em conjunto Ativas. O montante financiado correspondente a 49% da controladora foi de R\$8.820, com taxa nominal de juros equivalente a 6% a.a., acrescido da variação do IPCA. A garantia oferecida em contrato é composta de carta fiança bancária e aval das empresas Ale Participações Societárias LTDA (Ale Participações) e Ativas Participações S.A (Ativas Participações). O financiamento possui carência de 18 meses e prazo de pagamento 60 meses, com término previsto para maio de 2016. Não existem cláusulas restritivas no contrato vinculado ao cumprimento de metas, as quais possam provocar o vencimento antecipado do contrato em caso de descumprimento.

(**) BDMG - Equipamentos - Linha de crédito que objetiva o financiamento de parte da aquisição de equipamentos a serem utilizados na implantação do data center da controlada em conjunto Ativas. O montante financiado correspondente a 49% da controladora foi de R\$4.435, com taxa nominal de juros composta, principalmente, por 3% a.a. acrescido da variação da taxa Selic. As garantias oferecidas estão compostas pelos próprios bens financiados, pelo aval das empresas Ale Participações e Ativas Participações e pelo terreno e edificações onde está sendo instalado o data center. Os financiamentos possuem carências que variam de 10 a 12 meses e os prazos de pagamentos variam de 42 a 60 meses, com término máximo previsto para 2016. Não existem cláusulas restritivas no contrato vinculado ao cumprimento de metas, as quais possam provocar o vencimento antecipado do contrato em caso de descumprimento.

(***) BNDES Automático - Linha de crédito que objetiva o financiamento de parte da construção do data center da controlada em conjunto Ativas. O montante financiado correspondente a 49% da controladora foi de R\$3.920, com taxa nominal de juros equivalente a 4,8% a.a., acrescido da variação da TJLP. A garantia oferecida em contrato é composta pelo terreno, edificações e aval das empresas Ale Participações e Ativas Participações. O financiamento possui carência de 12 meses e prazo de pagamento 60 meses, com término previsto para dezembro de 2015. Existem cláusulas restritivas no contrato referente a não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto. Até 31 de dezembro de 2012 todos os compromissos assumidos no âmbito desse contrato foram integralmente cumpridos.

(c) **Capital de giro** - Linha de crédito obtida pela controlada em conjunto Ativas que objetiva o financiamento das operações dessa empresa. O montante total captado nesta modalidade correspondente a 49% da controladora foi de R\$41.160, com taxas nominais de juros que variam de 2,20% a.a a 4,00% a.a., acrescido da variação do CDI e prazos de pagamentos de até 24 meses. As garantias oferecidas foram aval de Ale Participações e Ativas Participações; aval de ASM Participações Societárias S.A. (ASM Participações) e Equity Support Agreement (ESA) da Ativas Participações e Cemig Telecom.

A movimentação de empréstimos e financiamentos no exercício foi como segue:

Consolidado

Capital de Giro

Instituição / modalidade	31/12/11	Acumulado do exercício				31/12/12
		Captações	Pagamento de juros	Amortização	Encargos apropriados	
BRABESCO - Capital de Giro (*)	23.793	6.370	(3.000)	-	3.061	30.224
HSBC - Capital de Giro	2.013	-	(145)	(1.960)	92	-
PINE - Capital de Giro	-	2.940	(38)	(2.940)	38	-
VOTORANTIM - Capital de Giro	-	6.860	(115)	(6.860)	115	-
Total	25.806	16.170	(3.298)	(11.760)	3.306	30.224

(*) Os sócios se comprometem a fazer aporte de capital no montante suficiente a arcar com os débitos em aberto, caso a Controlada em conjunto, Ativas, não tenha recursos financeiros suficientes para cumprir a obrigação.

(d) **Arrendamentos Financeiros** - Contratos de arrendamentos na modalidade leasing financeiro, utilizados para aquisição de hardware, software e serviços visando à prestação de serviços aos clientes. O montante total captado nesta modalidade correspondente a 49% da controladora foi de R\$17.751. Prazos entre 36 e 60 meses. Taxas pré-fixadas variando de 2,6% a.a até 18,73% a.a. Garantias: aval da Ale Participações, Ativas Participações e equipamentos, objetos dos financiamentos.

A movimentação de arrendamentos financeiros no exercício foi como segue:

Consolidado

Arrendamentos Financeiros

Instituição / modalidade	31/12/11	Acumulado do exercício				31/12/12
		Captações	Pagamento de juros	Amortização	Encargos apropriados	
IBM - Leasing Financeiro	1.020	147	(107)	(652)	105	513
HP - Leasing Financeiro	3.901	6.486	(574)	(1.129)	746	9.430
ITAU - Leasing Financeiro	262	-	(34)	(53)	33	208
HITACHI	1.579	2.198	(63)	(776)	76	3.014
Total	6.762	8.831	(778)	(2.610)	960	13.165

(e) Mútuo - Linha de crédito obtida pela controlada em conjunto Ativas que objetiva o financiamento das operações dessa empresa. O montante total captado nesta modalidade correspondente a 49% da controladora foi de R\$2.463, com taxas nominais de juros de 2,49% a.a., acrescido da variação do CDI e prazo de pagamento de 2 meses.

A movimentação de mútuo no exercício foi como segue:

Consolidado

Instituição / modalidade	31/12/11	Acumulado do exercício			31/12/12
		Captações	Pagamento de juros	Amortização	
Ativas Participações	-	1.133	(16)	(1.133)	16
Ale Participações	-	838	(12)	(838)	12
Samor Participações	-	492	(2)	(492)	2
Total	-	2.463	(30)	(2.463)	30

Informações gerais sobre os contratos

Modalidade	Garantias	Covenants	Taxa anual de juros	Indexador contratual	Carência	Prazo de amortização
BNDES Debêntures	(a)	(b)	7,22% a 9,82%	TJLP	15/01/12	72 meses
BDMG Findes	(d) e (g)	Não há	6,00%	IPCA	18 meses	60 meses
BDMG Equipamentos	(e) e (g)	Não há	3,00%	SELIC	12 a 56 meses	18 a 42 meses
BNDES Automático	(f) e (g)	(c)	4,80%	TJLP	10 meses	60 meses
				UMBNDDES		
BNDES Cesta de moedas	(f) e (g)	Não há	7,80%	(US\$)	10 meses	60 meses
BNDES Revitaliza	(g)	Não há	8,00%	-	18 meses	78 meses
IBM Leasing Financeiro	(e) e (i)	Não há	2,61% a 17,34%	CDI	-	36 a 60 meses
HP Financial Leasing Financeiro	(e) e (i)	Não há	2,60% a 18,73%	CDI	-	36 a 60 meses
ITAU BBA Leasing Financeiro	(e) e (g)	Não há	14,89%	-	-	60 meses
Bradesco - Capital de Giro	(h)	Não há	2,20%	CDI	36 meses	24 meses
HSBC - Capital de Giro	(g)	Não há	2,45%	CDI	8 meses	12 meses
Ativas Participações	-	Não há	2,49%	CDI	-	1 mês
Ale Participações	-	Não há	2,49%	CDI	-	1 mês
Samor Participações	-	Não há	2,49%	CDI	-	1 mês
Hitachi - Leasing Financeiro	(j)	Não há	-	IGPM	-	36 a 60 meses
Pine - Capital de Giro	(k)	Não há	4,00%	CDI	-	2 meses
Votorantim - Capital de Giro	-	Não há	3,00%	CDI	-	1 a 3 meses
Pine Debêntures	(l)	(m)	4,44%	CDI	01/07/16	60 meses
Votorantim Debêntures	(l)	(m)	4,44%	CDI	01/07/16	60 meses

- (a) Vinculação de receitas de prestação de serviços da controladora
- (b) Cumprimento de certos indicadores de desempenho pela controladora
- (c) Comprovação física e/ou financeira da realização do projeto pela controlada em conjunto
- (d) Carta de fiança bancária da controlada em conjunto
- (e) Equipamentos financiados da controlada em conjunto
- (f) Terrenos e edificações da controlada em conjunto
- (g) Aval das empresas Ale Participações e Ativas Participações
- (h) Aval Ale Participações e ESA Ativas Par e Cemig Telecom
- (i) Aval Ale Participações
- (j) Financiado pelo fornecedor
- (k) Aval ASM Participações
- (l) ESA - Ativas Participações e Cemig Telecom
- (m) Cumprimento de certos indicadores de desempenho pela controlada em conjunto

15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Fornecedores				
Terceiros	7.885	7.453	4.447	5.081
Partes relacionadas (nota 19)	<u>4.312</u>	<u>3.427</u>	<u>4.389</u>	<u>3.427</u>
Subtotal	<u>12.197</u>	<u>10.880</u>	<u>8.836</u>	<u>8.508</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e contas a pagar é divulgada na nota explicativa 24.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Férias, 13º, Salário e encargos a pagar	3.938	2.767	1.753	1.473
Participação dos empregados nos resultados	622	739	622	739
Benefícios de longo prazo a empregados (nota 25)	439	-	439	-
Outras	<u>142</u>	<u>387</u>	<u>142</u>	<u>387</u>
Total	<u>5.141</u>	<u>3.893</u>	<u>2.956</u>	<u>2.599</u>
Circulante	<u>4.702</u>	<u>3.893</u>	<u>2.517</u>	<u>2.599</u>
Não Circulante	<u>439</u>	<u>-</u>	<u>439</u>	<u>-</u>

17. Obrigações fiscais

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
Imposto de Renda Retido na fonte - IRRF	322	1.680	314	1.675
Impostos de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	218	-	218
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.416	1.641	1.416	1.641
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.857	1.056	349	323
Programa de Integração Social - PIS	403	229	76	70
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	84	91	84	91
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL (*)	5.378	4.450	5.378	4.450
Outras	<u>738</u>	<u>378</u>	<u>287</u>	<u>165</u>
Total	<u>10.198</u>	<u>9.743</u>	<u>7.904</u>	<u>8.633</u>

(*) A Companhia foi notificada pelo Comitê Gestor do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL sobre cobrança de contribuição relativa o período de novembro e dezembro/2003 no valor de R\$37, conforme previsto na Lei 10.052/00 e regulamentada pelo Decreto 3.737/01. Em decorrência dessa cobrança extemporânea, a Companhia, que possuía um entendimento prévio de não estar sujeita a essa tributação, reavaliou a matéria e passou a reconhecer, a partir de 2008, o valor da obrigação tributária nas demonstrações financeiras. A alíquota prevista para esse tributo é de 0,5% incidente sobre a receita líquida mensal, sendo que o valor acumulado da obrigação tributária reconhecida nas demonstrações financeiras monta, em 31 de dezembro de 2012, R\$5.378 incluindo juros e multa calculados até aquela data.

Em novembro de 2009, com base na Lei no. 11.941 de 28 de maio de 2009, a Companhia aderiu ao programa Refis visando incluir os débitos do FUNTTEL e, conseqüentemente, aproveitar os benefícios fiscais de anistia e parcelamento concedidos pela Lei. O requerimento de adesão importou na desistência compulsória e definitiva de ações judiciais presentes e futuras que tratassem dos débitos

consolidados na respectiva adesão. Para preservar o direito de continuar no programa de refinanciamento, a Companhia vem efetuando, a título de antecipação, pagamentos mínimos mensais no valor de cem reais até que o processo seja homologado pela Receita Federal.

Conservadoramente, a Companhia optou pelo não reconhecimento de eventual ganho financeiro líquido decorrente do desconto de multa e juros a serem concedidos pelo Fisco. O processo de adesão e parcelamento está atualmente em fase declaratória por parte dos contribuintes, sendo que a homologação da totalidade das obrigações dependerá da finalização, pelas autoridades fiscais, da análise das dívidas declaradas.

18. Provisões para Riscos

	Controladora e consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins (*)	-	2.809
Tributário	16	-
Outras ações cíveis	<u>317</u>	<u>95</u>
Total	<u>333</u>	<u>2.904</u>

(*) Refere-se a ação ordinária ajuizada pela Companhia visando à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com pedido de antecipação de tutela, deferida pelo juízo, para que a Companhia deixasse de incluir a parcela da receita relativa ao ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia recolhia normalmente a parte incontroversa desses tributos e provisionava o valor remanescente acrescido de juros Selic, sem multa, conforme dispõe o art. 63 da Lei 9.430/96, sendo que o processo encontrava-se suspenso pelo juízo competente, aguardando decisões advindas das instâncias superiores. Em 21/11/12 foi publicada sentença que julgou improcedentes os pedidos da Requerente, revogando os efeitos da medida antecipatória anteriormente deferida, razão pela qual a empresa realizou, tempestivamente, o pagamento dos valores em discussão judicial e vem efetuando o pagamento regular desses impostos, enquanto aguarda decisão do recurso nas instâncias superiores.

Classificação das contingências em relação à expectativa de perda

<u>Contencioso</u>	<u>Expectativa de perda</u>			<u>Total</u>
	<u>Remoto</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	
Tributário	80	-	17	97 (**)
Trabalhista	699	450	-	1.149
Outras ações cíveis	<u>-</u>	<u>42</u>	<u>316</u>	<u>358</u>
Subtotal	<u>779</u>	<u>492</u>	<u>333</u>	<u>1.604</u>

(**) Os demais processos tributários estão representados, substancialmente, por demandas fiscais de responsabilidade de fornecedores, terceiros envolvidos, os quais garantem tanto o patrocínio da causa, quanto assumem todo o ônus decorrente da eventual perda da ação.

A movimentação das provisões para riscos no exercício pode ser assim demonstrada:

Consolidado e Controladora

	<u>31/12/11</u>	<u>Constituição</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Reversão</u>	<u>31/12/12</u>
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins	2.809	986	(3.795)	-	-
Tributário	-	17	-	-	17
Outras ações cíveis	95	301	-	(80)	316
Total	<u>2.904</u>	<u>1.304</u>	<u>(3.795)</u>	<u>(80)</u>	<u>333</u>

19. Transações com partes relacionadas

A Cemig Telecomunicações S.A - CemigTelecom é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG, que por sua vez, tem como principais acionistas o Governo do Estado de Minas Gerais (51%) e Andrade Gutierrez Concessões Energia (33%). Na descendente, além da CemigTelecom, a controladora CEMIG possui participação nas seguintes principais empresas: Cemig Geração e Transmissão S.A. (100%), Cemig Distribuição S.A. (100%), Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais S.A. - Gasmig (55.2%), Rosal Energia (100%), Sá Carvalho (100%) e Light S.A. (26,6%).

A Companhia considera como partes relacionadas, além de sua controlada em conjunto, o acionista controlador e suas respectivas pessoas ligadas, as sociedades ou pessoas que, direta ou indiretamente possuem influência significativa na Administração da Companhia, as entidades de previdência complementar (Forluz) e administradora de plano de saúde e odontológico (Cemig Saúde), onde a Companhia é co-patrocinadora juntamente com as demais empresas do Grupo Cemig e os administradores e empregados da Companhia.

Transações ativas (vendas) - As principais transações comerciais ativas mantidas pela Companhia com partes relacionadas referem-se à comercialização de circuitos e de outros serviços de telecomunicações em geral, onde as empresas da Companhia Cemig respondem atualmente por 16% (19% em 2011) do faturamento da Companhia.

Transações Passivas (compras) - As principais transações passivas da Companhia realizadas com partes relacionadas referem-se ao fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos de telecomunicações, prestação de serviços de gerenciamento e manutenção da rede de telecomunicações e aluguel pelo compartilhamento da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia para instalação de cabos e equipamentos de telecomunicações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de negócios realizados em condições e prazos pactuados entre as partes para os respectivos tipos de operações.

Controladora e Consolidado

	<u>31/12/12</u>		<u>Acumulado do exercício</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>
<u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	26	-	394	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	16.200
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	72	-	2.566
Outros	3	-	3	-
Subtotal	<u>29</u>	<u>72</u>	<u>397</u>	<u>18.766</u>
Serviços contratados a faturar	-	315	-	-
Total	<u>29</u>	<u>387</u>	<u>397</u>	<u>18.766</u>

Controladora e Consolidado

	31/12/12		Acumulado do exercício	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Vendas</u>	<u>Compras</u>
<u>Cemig Distribuição</u>				
Serviços de Comunicação	2.729	-	15.713	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	3.239
Serviços de manutenção da rede	-	270	-	1.603
Reembolso de custos com pessoal cedido	54	-	682	-
Direito de Passagem/Infraestrutura	-	1.744	-	3.257
Outros	268	-	268	-
Subtotal	3.051	2.014	16.663	8.099
Serviços contratados a faturar	-	1.362	-	1.362
Total	3.051	3.376	16.663	9.461
<u>Cemig Geração e Transmissão S/A</u>				
Serviços de Comunicação	460	-	4.374	-
Serviços de manutenção da rede	-	28	-	175
Outros	71	-	68	-
Subtotal	531	28	4.442	175
Serviços contratados a faturar	-	1	-	1
Total	531	29	4.442	176
<u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u>				
Serviços de Comunicação	5	-	112	-
Previdência Privada	-	460	-	2.015
Total	5	460	112	2.015
<u>Cemig Saúde</u>				
Serviços de Comunicação	4	-	44	-
Assistência Médica e odontológica	-	132	-	881
Total	4	132	44	881
<u>Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig</u>				
Serviços de Comunicação	12	-	137	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	5	-	-	-
Total	17	-	137	-
<u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais</u>				
<u>Circulante</u>				
Serviços de Comunicação	6	-	75	-
Tributos compensáveis - ICMS	2.095	1.416	(24.425)	-
<u>Não Circulante</u>				
Tributos compensáveis - ICMS	1.818	-	-	-
Total	3.919	1.416	(24.350)	-
<u>Ativas Data Center S/A</u>				
Serviços de Comunicação	123	-	1.858	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	29	5	343	65
Total	152	5	2.201	65
Total em 31/12/12	7.708	5.805	(354)	31.364
Total em 31/12/11	4.105	3.427	30.062	30.375

Remuneração de Administradores - A Companhia pagou durante o ano de 2012, a título de remuneração e demais benefícios a Administradores a importância de R\$3.252 (R\$1.890 em 2011), como segue:

Consolidado

Cargo	Remuneração		Benefícios		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Diretores e Conselheiros	752	809	107	237	859	1.046
Superintendentes	<u>1.929</u>	<u>751</u>	<u>464</u>	<u>93</u>	<u>2.393</u>	<u>844</u>
Total	<u>2.681</u>	<u>1.560</u>	<u>571</u>	<u>330</u>	<u>3.252</u>	<u>1.890</u>

Controladora

Cargo	Remuneração		Benefícios		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Diretores e Conselheiros	25	20	-	-	25	20
Superintendentes	<u>1.929</u>	<u>751</u>	<u>464</u>	<u>93</u>	<u>2.393</u>	<u>844</u>
Total	<u>1.954</u>	<u>771</u>	<u>464</u>	<u>93</u>	<u>2.418</u>	<u>864</u>

Previdência Complementar e demais benefícios a empregados - Conforme nota explicativa 25, a Companhia é co-patrocinadora da entidade fechada de previdência complementar - Forluz e da Cemig Saúde, responsável pela administração dos planos de assistência médica e odontológica aos empregados, sendo que as contribuições realizadas pela Companhia foram como segue:

Controladora e consolidado

PLANO	2012		2011	
	Forluz	Cemig Saúde	Forluz	Cemig Saúde
Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B	1.794	-	1.761	-
Plano Pró-Saúde Integrado - PSI	-	847	-	652
Plano Odontológico - POD	-	<u>28</u>	-	<u>19</u>
Total	<u>1.794</u>	<u>875</u>	<u>1.761</u>	<u>671</u>

Adicionalmente, além dos benefícios previstos em Lei, a Companhia concedeu também aos seus empregados auxílio-creche, seguro de vida em grupo e tíquete restaurante/alimentação.

Participação dos empregados nos Resultados - O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos empregados, a título de participação nos resultados, um montante anual como forma de incentivar os empregados a alcançarem os melhores resultados, cujos indicadores e metas são periodicamente estabelecidos em negociação coletiva de trabalho. No ano de 2012 foram pagos R\$986 (R\$1.203 em 2011) a título de produtividade e antecipação, estando prevista participação complementar sobre os resultados de 2012 no valor de R\$622 (R\$736 em 2011), a serem pagos a cada empregado proporcionalmente aos salários recebidos, condicionado ao cumprimento das metas estabelecidas em acordo coletivo.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está representado por 381.023.385 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Ações	Valor	Participação %
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	381.023.380	225.081	100%
Outros	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>381.023.385</u>	<u>225.081</u>	<u>100%</u>

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido de cada exercício ajustado, conforme descrito abaixo. As ações preferenciais, quando e se emitidas, terão prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, bem como direito a um dividendo 10% maior que aqueles que serão pagos aos acionistas detentores de ações ordinárias.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 14 de dezembro de 2012, a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital no montante de R\$16.200 (R\$17.000 em 2011), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio foram reclassificados das despesas financeiras para lucros (prejuízos) acumulados, conforme previsto na Deliberação 207/97 da CVM.

Proposta de destinação do resultado

Em decorrência da distribuição de juros sobre o capital próprio em montante superior ao lucro do exercício a administração da Companhia propôs a absorção do saldo do prejuízo acumulado gerado à contrapartida da redução do saldo da conta de reserva de retenção.

A Administração da Companhia decidiu, adicionalmente, distribuir dividendos complementares no valor de R\$28.800 mediante redução do saldo da reserva de retenção, tendo sua aprovação realizada em reunião do Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2012.

A constituição da reserva legal, distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio são demonstrados a seguir:

Controladora

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	9.550	13.260
(-) Reserva legal	<u>(478)</u>	<u>(663)</u>
Base de cálculo	9.072	12.597
Percentual estatutário	<u>50%</u>	<u>50%</u>
Dividendos estatutários calculados	4.536	6.299
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	<u>(16.200)</u>	<u>(17.000)</u>
Dividendos propostos	<u>-</u>	<u>-</u>

Em decorrência da dedução dos juros sobre o capital próprio na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, esses tributos foram reduzidos em R\$5.508 (R\$5.780 em 2011).

(d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(e) Reserva de retenção de lucros

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia nos próximos exercícios. Em decorrência da distribuição de juros sobre capital próprio em montante superior ao do lucro líquido do exercício de 2012, foram revertidos R\$7.128 da reserva de retenção para a conta de lucro.

(f) Lucro por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do resultado básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consolidado e Controladora	
	2012	2011
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro do exercício	9.550	13.260
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	381.023	381.023
Lucro por ação básico e diluído - em R\$	<u>0,0251</u>	<u>0,0348</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

21. Receita líquida

	Acumulado do exercício			
	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circuitos dedicados	81.292	83.491	81.834	84.587
Transporte de sinais	42.732	40.800	42.732	40.800
Serviços integrados	15.296	15.987	15.665	16.788
Cessão de direito de passagem	3.764	4.553	3.764	4.553
<i>Hosting</i>	3.550	2.990	-	-
<i>Outsourcing</i>	10.089	5.361	-	-
Licença de software	3.074	-	-	-
Serviços em andamento	7.952	7.930	-	-
Outras	598	142	-	88
Receita bruta	<u>168.347</u>	<u>161.254</u>	<u>143.995</u>	<u>146.816</u>
Impostos, devoluções, ajuste a valor presente e abatimentos	<u>(34.153)</u>	<u>(32.670)</u>	<u>(31.162)</u>	<u>(31.371)</u>
Receita líquida	<u>134.194</u>	<u>128.584</u>	<u>112.833</u>	<u>115.445</u>

22. Custos e DespesasClassificação por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2012	2011	2012	2011
Infraestrutura de rede	(14.206)	(13.542)	(14.206)	(13.542)
Energia Elétrica	(3.640)	(3.578)	(3.640)	(3.578)
Depreciação e amortização	(36.301)	(37.995)	(31.577)	(34.710)
Serviço de manutenção e reparo e licenças de software comercializadas	(25.851)	(15.902)	(14.929)	(13.652)
Pessoal	(31.045)	(27.281)	(17.316)	(14.000)
Serviços de terceiros	(3.999)	(3.950)	(955)	(940)
Imóveis locados	(1.787)	(1.168)	(1.787)	(1.168)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(18.295)	(18.384)
Outros	(852)	(893)	(852)	(893)
Total	<u>(117.681)</u>	<u>(104.309)</u>	<u>(103.557)</u>	<u>(100.867)</u>

Classificação por função

Custo dos serviços prestados	(83.464)	(74.586)	(62.633)	(62.780)
Despesas com vendas	(148)	(1.150)	(148)	(1.150)
Despesas gerais e administrativas	(33.382)	(27.683)	(21.794)	(17.660)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(18.295)	(18.384)
Outras despesas	(687)	(890)	(687)	(893)
Total	<u>(117.681)</u>	<u>(104.309)</u>	<u>(103.557)</u>	<u>(100.867)</u>

23. Receitas e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados**Receitas Financeiras**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Rendimentos de aplicações financeiras	8.643	7.735	7.670	7.706
Juros ativos	558	181	550	172
Variação Monetária SWAP	-	2.390	-	-
Outras receitas financeiras	<u>1.522</u>	<u>556</u>	<u>1.271</u>	<u>556</u>
Total	<u>10.723</u>	<u>10.862</u>	<u>9.491</u>	<u>8.434</u>

Despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Juros passivos	(12.030)	(8.140)	(4.513)	(4.477)
Atualização de posição de swap	-	(2.803)	-	-
Variação cambial	-	(941)	-	-
Correção monetária	(417)	(705)	-	-
Imposto sobre operações financeiras	(209)	-	-	-
Outras despesas financeiras	<u>(451)</u>	<u>(228)</u>	<u>(137)</u>	<u>(210)</u>
Total	<u>(13.107)</u>	<u>(12.817)</u>	<u>(4.650)</u>	<u>(4.687)</u>

24. Instrumentos Financeiros

(a) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de Gerenciamento de Riscos aplicadas pela Companhia e sua controlada em conjunto estão subordinadas as do Grupo CEMIG, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia como um todo.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A carteira de clientes é composta, principalmente, por grandes operadoras de telefonia fixa e móvel e de TV a cabo e internet banda larga, além da própria controladora, o que reduz significativamente o risco de perdas no recebimento de créditos. O principal instrumento que assegura a minimização desse risco é o direito da Companhia em interromper o fornecimento do sinal em caso de descumprimento contratual, dentre eles a falta de pagamento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera o segmento de mercado onde os clientes operam, uma vez que este fator pode influenciar no risco de crédito, sobretudo em razão da sensibilidade do setor de telecomunicações às circunstâncias econômicas do país. A concentração máxima da receita da Companhia atribuível a um único cliente é de aproximadamente 29%.

Mais de 70% dos clientes ativos têm operado com a Companhia há mais de cinco anos, com um nível de perdas inexpressível. Isto se explica em decorrência do fato de que a política estabelecida pela Companhia prevê o monitoramento constante da inadimplência, onde são aplicadas penalidades contratuais em caso de atraso de pagamento podendo até, em ato extremo, culminar na descontinuidade dos serviços aos clientes.

Em decorrência das circunstâncias econômicas, sobretudo nos anos de 2009, 2010 e 2011, certas contas a receber de clientes tiveram seus saldos renegociados. Tais casos foram individualmente analisados pela Diretoria Executiva, a qual autorizou a celebração do acordo de parcelamento, com taxas de juros e condições que atendam aos interesses das partes.

Certos contratos de prestação de serviços de telecomunicações com operadoras de TV a cabo e Internet Banda Larga preveem como forma de remuneração desses serviços o compartilhamento de receitas entre ambas as empresas, onde o preço dos serviços é estabelecido com base em percentuais da arrecadação dessas operadoras, ou seja, sobre o valor efetivamente recebido dos assinantes (consumidores finais). Como parte do acordo comercial, as receitas recebidas desses assinantes são integralmente creditadas em contas de titularidade da Companhia, a qual, por força do pacto celebrado, é a titular e cedente dos títulos de cobrança emitidos pelas operadoras aos seus assinantes. Assim sendo, diariamente, parte dos valores creditados na conta corrente da Companhia é repassado às operadoras na proporção de sua participação na receita arrecadada. Esse acordo permite à Companhia a gestão dos recursos arrecadados pelas operadoras, bem como o poder de reter os valores que entender em caso de descumprimento contratual por parte desses clientes e, com isso, o risco de crédito é minimizado.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A sensibilidade e a expectativa de perdas relacionadas a riscos significativos individuais são os únicos parâmetros considerados nessa análise. Isto ocorre porque os negócios da Companhia estão voltados, substancialmente, para o mercado de atendimento às grandes operadoras de telecomunicações e ao mercado corporativo e, por esse motivo, as perdas históricas e as análises globais, geográficas ou setoriais não costumam fornecer uma base razoável para estimar as perdas com as contas a receber. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$2.216, representativa de 10% do saldo total de contas a receber em aberto e de 25% das contas a receber vencidas.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que coloca a Companhia exposta às alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros, o qual pode ter um impacto financeiro significativo na Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter sob controle as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não operou com derivativos em 2012, sendo a última operação liquidada em dezembro de 2011, através da controlada em conjunto, Ativas.

Riscos de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, sobretudo o dólar norte-americano (US\$).

Em 31 de dezembro de 2012 não havia saldos significativos em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e da emissão de títulos mobiliários não conversíveis. Estes passivos, quando atrelados às taxas de juros variáveis, expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Já passivos vinculados a taxas de juros fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia avalia permanentemente sua exposição ao risco de taxas de juros. São simulados diversos cenários, levando-se em consideração as alternativas de refinanciamento, renovação de posições existentes e a aquisição de novos financiamentos e *hedges* alternativos.

A Companhia e sua controlada em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos tomados e nas debêntures de sua própria emissão, captados principalmente em moeda nacional, com taxas de juros flutuantes atreladas, sobretudo, em índices referenciados na taxa básica de juros da economia brasileira, no montante de R\$40.057 (controladora) e de R\$143.031(consolidado).

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, em um cenário provável, a taxa SELIC próxima de 7,25% e a TJLP em 5,00% e o IPCA em 5,26% e IGP-M em 4,86%. A Administração da Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerando-os como possível e remoto, respectivamente. Como parte das definições dessa análise, considerou-se a variação esperada na taxa CDI como similar à variação da taxa SELIC.

Consolidado

	Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)							
		Base				Provável			
		IPCA 5,69%	IGP-M 7,57%	Selic 7,25%	TJLP 5,50%	IPCA 5,26%	IGP-M 4,86%	Selic 7,25%	TJLP 5,00%
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	14.211	-	-	15.241	-	-	-	15.241	-
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	41.436	-	-	44.440	-	-	-	44.440	-
Títulos e valores mobiliários	17.898	-	-	19.196	-	-	-	19.196	-
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	143.031	<u>7.525</u>	<u>3.242</u>	<u>96.316</u>	<u>44.752</u>	<u>7.495</u>	<u>3.160</u>	<u>96.316</u>	<u>44.540</u>
Exposição líquida ativa (passiva)		<u>(7.525)</u>	<u>(3.242)</u>	<u>(17.439)</u>	<u>(44.752)</u>	<u>(7.495)</u>	<u>(3.160)</u>	<u>(17.439)</u>	<u>(44.540)</u>

	Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)							
		Possível				Remoto			
		IPCA 6,58%	IGP-M 6,08%	Selic 9,06%	TJLP 6,25%	IPCA 7,89%	IGP-M 7,29%	Selic 10,88%	TJLP 7,5%
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	14.211	-	-	15.499	-	-	-	15.757	-
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	41.436	-	-	45.190	-	-	-	45.944	-
Títulos e valores mobiliários	17.898	-	-	19.520	-	-	-	19.845	-
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	143.031	<u>7.588</u>	<u>3.197</u>	<u>97.941</u>	<u>45.070</u>	<u>7.682</u>	<u>3.234</u>	<u>99.576</u>	<u>45.600</u>
Exposição líquida ativa (passiva)		<u>(7.588)</u>	<u>(3.197)</u>	<u>(17.732)</u>	<u>(45.070)</u>	<u>(7.682)</u>	<u>(3.234)</u>	<u>(18.030)</u>	<u>(45.600)</u>

Controladora	Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)							
		Base		Provável		Possível		Remoto	
		Selic 7,25%	TJLP 5,50%	Selic 7,25%	TJLP 5,00%	Selic 9,06%	TJLP 6,25%	Selic 10,88%	TJLP 7,50%
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	6.321	6.779	-	6.779	-	6.894	-	7.009	-
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	26.585	28.512	-	28.512	-	28.994	-	29.477	-
Títulos e valores mobiliários	8.367	8.974	-	8.974	-	9.125	-	9.277	-
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	40.057	-	42.260	-	42.060	-	42.561	-	43.061
Exposição líquida ativa (passiva)		44.265	(42.260)	44.265	(42.060)	45.013	(42.561)	45.763	(43.061)

Risco de preço

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2012 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras as quais espera-se manter até o vencimento. Estas são avaliadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: encontram-se, nesta categoria, os títulos de fundos de renda fixa mantidos para negociação. Estes são avaliados pelo valor justo através do resultado, conforme nível 2.
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o caixa e os equivalentes de caixa e os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.

O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

(b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

Empréstimos e financiamentos de longo prazo e debêntures: devido às características específicas dos contratos assinados pela Companhia e sua controlada em conjunto com o BNDES e com o BDMG, que refletem taxas de mercado para estes tipos de instrumentos bem como o fato de que os outros contratos são pós-fixados, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia opera com uma margem de lucratividade que lhe confere um conforto operacional bastante satisfatório, o que proporciona uma significativa folga de caixa. Tipicamente a Companhia mantém disponibilidade financeira imediata que lhe garante o cumprimento de compromissos de pelo menos 60 dias de operação, incluindo as obrigações financeiras e os investimentos. Fatos com impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais ou crises econômicas de grandes dimensões, não são levados em consideração nessa análise.

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A controlada em conjunto, Ativas, em fase inicial de operações, depende do aporte de recursos dos sócios e da obtenção de empréstimos e financiamentos no mercado para dar prosseguimento à maturação e expansão de seus negócios.

A Companhia vem cumprindo com os principais indicadores de *covenants* financeiros, os quais estão compromissados em exigências contratuais de dívida, que preveem geração de caixa (LAJIDA) em patamares pré-estabelecidos, conforme descrito na nota explicativa 14.

A Companhia aposta em um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada em operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida são como segue:

Consolidado

	<u>31/12/12</u>	<u>Fluxo Contratual</u>	<u>Vencimentos das obrigações</u>		
			<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 a 5 anos</u>	<u>Mais 5 anos</u>
Passivos financeiros não derivativos					
Debêntures	85.750	114.966	29.033	85.272	661
Financiamento com garantias	13.892	15.562	10.058	5.168	336
Capital de giro com garantias	30.224	37.562	11.087	26.475	-
Arrendamento financeiro com garantias	<u>13.165</u>	<u>16.576</u>	<u>8.073</u>	<u>8.503</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u>143.031</u>	<u>184.666</u>	<u>58.251</u>	<u>125.418</u>	<u>997</u>

Controladora

	<u>31/12/12</u>	<u>Fluxo Contratual</u>	<u>Vencimentos das obrigações</u>		
			<u>1 a 2 anos</u>	<u>2 a 5 anos</u>	<u>Mais 5 anos</u>
Passivos financeiros não derivativos					
Debêntures	<u>40.057</u>	<u>48.585</u>	<u>21.119</u>	<u>26.805</u>	<u>661</u>

25. Benefícios a empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde, odontológico e seguro de vida em grupo.

Previdência complementar - Forluz

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com o objetivo de propiciar aos seus participantes e respectivos dependentes uma renda de suplementação de aposentadoria e pensão.

O plano previdenciário, co-patrocinado pela Companhia, denominado “PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO B”, é composto por benefícios como: (i) Melhoria de Aposentadoria por Tempo de Serviço, Especial ou por Idade - MAT, (ii) Melhoria de Aposentadoria por Invalidez - MAI, (iii) Abono Anual - AA, (iv) Renda Continuada por Morte - RCM e (v) Auxílio Reclusão - AR.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominiais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Assistência médica - Cemig Saúde

A Companhia é co-patrocinadora dos planos de saúde e odontológico dos seus empregados, os quais são administrados pela Cemig Saúde.

Os valores das contribuições aos planos previdenciário, de saúde e odontológico são determinados anualmente, pelos montantes considerados suficientes à cobertura das respectivas despesas previstas em cada exercício, conforme avaliação realizada por atuário independente contratado para esta finalidade. Os três planos são de adesão facultativa para o empregado e as contribuições das patrocinadoras ocorrem de forma paritária a dos participantes.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2012.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

	<u>Forluz</u>	<u>Cemig Saúde</u>	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
31 de dezembro de 2011			
Valor justo dos ativos do plano (*)	1.566	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	<u>(1.368)</u>	<u>(509)</u>	<u>(45)</u>
<i>Valor presente das obrigações (total)</i>	(1.238)	(419)	(20)
<i>Ganhos atuariais não reconhecidas</i>	198	(90)	(25)
<i>Custo do serviço passado não reconhecido</i>	<u>(328)</u>	-	-
Ativo (passivo) atuarial líquido	<u>198</u>	<u>(509)</u>	<u>(45)</u>

31 de dezembro de 2012	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
Valor justo dos ativos do plano (*)	1.774	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	(1.578)	(647)	(52)
<i>Valor presente das obrigações (total)</i>	(1.812)	(681)	(36)
<i>(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas</i>	234	34	(16)
Ativo (passivo) atuarial líquido	(196)	(647)	(52)

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2011	(1.238)	(419)	(20)
Custo do Serviço Corrente	(151)	(98)	(6)
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	(123)	(42)	(2)
Contribuição dos Empregados	-	-	-
(Perdas) Ganhos Atuariais Reconhecidas	(328)	(122)	(8)
Benefícios Pagos	28	-	-
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2012	(1.812)	(681)	(36)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano de benefícios previdenciários podem ser assim demonstradas:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011	1.566
Retorno real dos investimentos	174
Contribuições do Empregador	28
Contribuição dos Empregados	-
Benefícios pagos	(28)
(Perdas) Ganhos Atuariais Reconhecidas	34
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31 de dezembro de 2012	1.774

A despesa anual dos planos pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
Custo do Serviço Corrente	(151)	(98)	(6)	(255)
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	(123)	(42)	(2)	(167)
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	174	-	-	174
(Perdas) Ganhos Atuariais Reconhecidas	(257)	2	1	(254)
Mudança no efeito do limite de ativo	328	-	-	328
Despesa Conforme Laudo Atuarial	(29)	(138)	(7)	(174)

A movimentação do ativo (passivo) atuarial líquido pode ser assim demonstrada:

	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano de Saúde - PSI	Plano Odontológico - POD	Total
Ativo (Passivo) Líquido em 31 de dezembro de 2011	198	(509)	(45)	(356)
(Despesa) Receita Reconhecida no Resultado	(29)	(138)	(7)	(174)
Contribuições Pagas	28	-	-	28
Ativo (passivo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2012	197	(647)	(52)	(502)

Premissas atuariais utilizadas

As premissas utilizadas pelo atuário independente na determinação dos cálculos atuariais são demonstradas a seguir:

	Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B		Pró Saúde Integrado - PSI		Plano odontológico - POD	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,19%	10,07%	9,19%	10,07%	9,19%	10,07%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	10,98%	10,98%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,31%	6,39%	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,20%	4,30%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	5,20%	4,30%	5,20%	4,30%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,20%	4,30%	5,20%	4,30%	5,20%	4,30%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 básica Light	AT-2000 básica Light	AT-2000 básica Light	AT-2000 básica Light	AT-2000 básica Light	AT-2000 básica Light
Tábua biométrica de entrada em invalidez	média	média	média	média	média	média
Taxa de rotatividade esperada	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)

(a) 100% na primeira idade em que atingir o direito ao benefício pleno

26. Seguros

A Companhia possui apólice de seguro para cobrir riscos diversos no montante aproximado de R\$ 55.000 (controladora) e R\$235.150 (consolidado), relacionada basicamente aos bens estratégicos existentes no Centro de Operações e *Headends* (controladora) e Data Center (controlada em conjunto). A Companhia optou, após avaliação de riscos, por não contratar seguros visando cobrir acidentes com terceiros e outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado, excetuando-se os mencionados acima. A Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados. As premissas de avaliação de riscos adotadas pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

27. Demonstração do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas. Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

Foram efetuadas reclassificações na demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de modo a permitir comparabilidade e proporcionar um melhor entendimento dos seguintes itens:

- reconhecimento de receitas e custos relativos à construção de ativos próprios, conforme CPC 09 demonstração do valor adicionado;
- reclassificação do ajuste a valor presente alocado anteriormente em venda de mercadoria, produtos e serviços.

As reclassificações na demonstração do valor adicionado são como segue:

	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	31/12/2011	Reclassificação	31/12/2011 Reclassificado	31/12/2011	Reclassificação	31/12/2011 Reclassificado
1 - RECEITAS	166.410	28.787	195.197	150.067	23.690	173.757
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	162.870	(1.616)	161.254	146.535	281	146.816
1.2) (Provisão) / reversão para devedores duvidosos	(1.032)	-	(1.032)	(1.032)	-	(1.032)
1.3) Outras receitas, líquidas	4.572	30.403	34.975	4.564	23.409	27.973
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	47.722	28.787	76.509	27.349	23.690	51.039
2.1) Custo das mercadorias e serviços vendidos	23.320	(1.897)	21.423	12.981	-	12.981
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	14.670	30.403	45.073	13.526	23.409	36.935
2.3) Perda / recuperação de valores ativos	9.634	-	9.634	744	-	744
2.4) Outros	98	281	379	98	281	379
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	118.688	-	118.688	122.718	-	122.718
4 - RETENÇÕES	37.995	-	37.995	34.710	-	34.710
4.1) Depreciação e amortização	37.995	-	37.995	34.710	-	34.710
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	80.693	-	80.693	88.008	-	88.008
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	10.862	-	10.862	(9.950)	-	(9.950)
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(18.384)	-	(18.384)
6.2) Receitas financeiras	10.862	-	10.862	8.434	-	8.434
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	91.555	-	91.555	78.058	-	78.058

	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
	31/12/2011	Reclassificação	31/12/2011 Reclassificado	31/12/2011	Reclassificação	31/12/2011 Reclassificado
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	91.555	-	91.555	78.058	-	78.058
		-			-	
8.1) Pessoal e encargos	11.314	-	11.314	13.743	-	13.743
8.1.1) Remuneração direta	7.063	-	7.063	10.611	-	10.611
8.1.2) Benefícios	2.700	-	2.700	2.144	-	2.144
8.1.3) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	958	-	958	607	-	607
8.1.4) Outras	593	-	593	381	-	381
8.2) Impostos, taxas e contribuições	48.261	-	48.261	40.700	-	40.700
8.2.1) Federais	23.699	-	23.699	16.492	-	16.492
8.2.2) Estaduais	24.208	-	24.208	24.208	-	24.208
8.2.3) Municipais	354	-	354	-	-	-
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	18.720	-	18.720	10.355	-	10.355
8.3.1) Juros	12.817	-	12.817	4.687	-	4.687
8.3.2) Aluguéis	5.903	-	5.903	5.668	-	5.668
8.3.3) Outras	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
8.4) Remuneração de capitais próprios	13.260	-	13.260	13.260	-	13.260
8.4.1) Juros sobre o capital próprio e dividendos	17.000	-	17.000	17.000	-	17.000
8.4.2) Distribuição de reserva de retenção	(3.740)	-	(3.740)	(3.740)	-	(3.740)